

2023

Relatório & Contas

Individual e Consolidado

grupo
cooprofar



04	Mensagem do Conselho de Administração
06	Estrutura Societária e Organizacional Organograma societário Detenção de Capital Órgãos sociais Direção Executiva
09	Visão, Missão e Valores
10	A Economia em Portugal em 2023
12	2023: Retrospetiva
16	2023: Iniciativas e projetos
28	Sustentabilidade
32	2023: Indicadores Financeiros
36	Riscos e Incertezas
38	Perspetivas 2024
42	Demonstrações Financeiras Consolidadas
51	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
92	Certificação Legal de Contas Consolidadas
98	Demonstrações Financeiras Individuais
107	Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
150	Certificação Legal de Contas Individuais

Mensagem

Conselho de Administração



“Uma cooperativa é uma associação autónoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida”.

À medida que nos despedimos de 2023, é com grande satisfação que partilhamos os avanços e conquistas significativas alcançadas pela nossa cooperativa. Este último ano foi marcado por um esforço conjunto para fortalecer e tornar mais resiliente a estrutura da nossa organização.

A revisão estatutária que empreendemos enquanto cooperadores não solidifica apenas a nossa base, mas reforça também os princípios democráticos que nos são tão caros enquanto cooperativa. O momento que vivemos abril (na assembleia em que os cooperadores aprovaram os novos Estatutos) foi uma celebração dos princípios cooperativos, um exercício de democracia plena, de compromisso com os valores e o futuro da cooperativa.

Internamente, dedicamo-nos à consolidação de processos e indicadores financeiros e investimos na equidade e nas políticas voltadas para os nossos colaboradores. Reconhecemos que o nosso capital humano é o nosso maior ativo e, como tal, é imperativo assegurar o seu bem-estar e desenvolvimento.

No cenário externo, destacamo-nos no mercado de farmácia com uma estratégia comercial sólida, estabelecendo uma ligação estreita com os nossos clientes e mantendo a proximidade com os nossos cooperadores. Os resultados são tangíveis: um crescimento de 5,5% no volume de negócios e uma consolidação significativa da nossa quota de mercado, atingindo os 13,6%. Esses números traduzem-se num resultado líquido notável de 5 326 565 €.

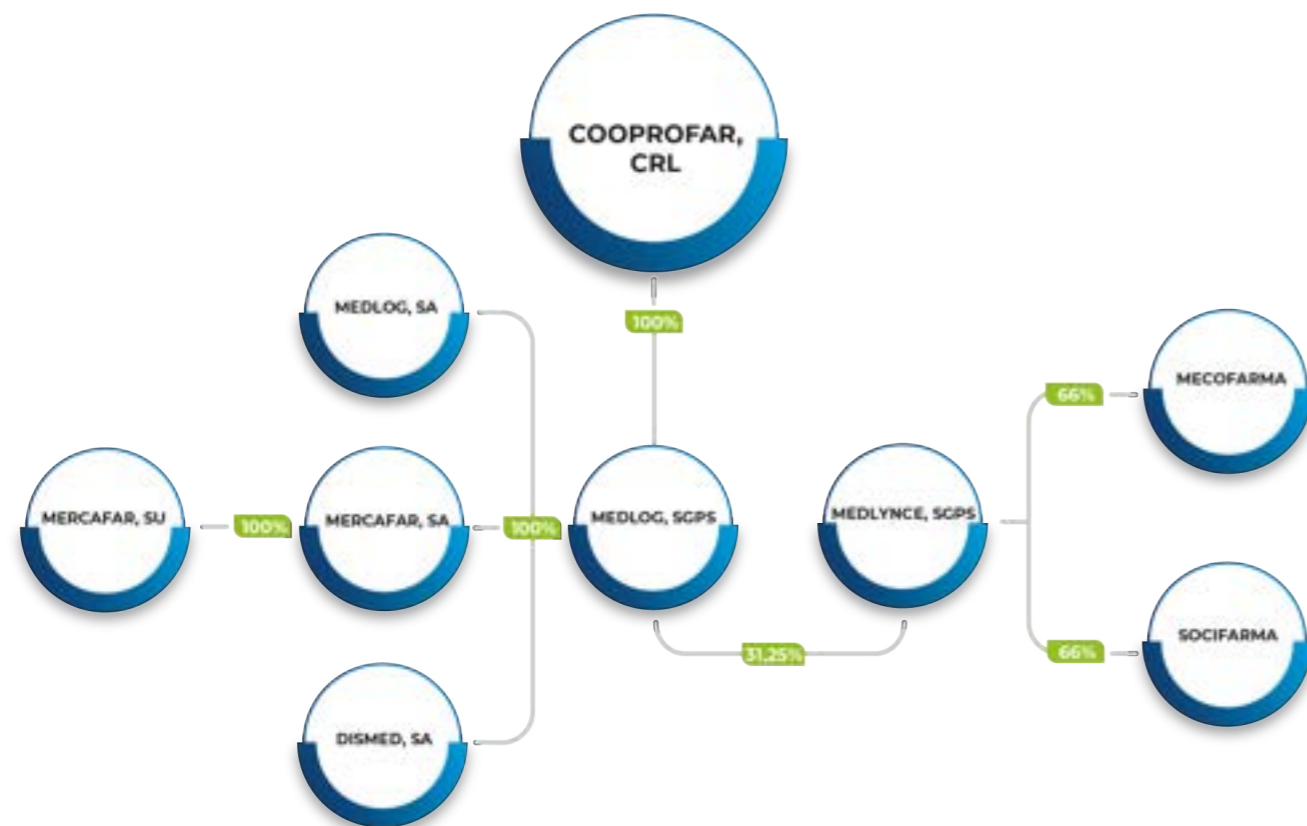
À medida que nos preparamos para celebrar o nosso 50º ano de existência, é com convicção que afirmamos que estamos agora mais preparados e robustos do que nunca para implementar os investimentos necessários que sustentarão o nosso crescimento futuro.

Agradecemos a todos os cooperadores pela confiança e apoio ao longo deste percurso. É com a vossa dedicação que fortalecemos a nossa cooperativa e fazemos a diferença na vida das pessoas que servimos.

Cumprimentos,

Estrutura Societária e Organizacional

Organograma Societário



Detenção de Capital

Em 2023 a estrutura societária do Grupo sofreu duas alterações, a salientar:

- a) Constituição da Mercafar SU, sociedade de direito angolano, detida integralmente pela Mercafar SA, que visa suportar uma estrutura de meios físicos e humanos para promoção de produtos farmacêuticos em Angola;
- b) Fusão por incorporação da Trans Med na Dismed, ambas sociedades dedicadas ao transporte de produtos farmacêuticos, seja ao serviço de empresas do Grupo Coopprofar, como de outros clientes ligados ao setor da saúde.

À data de 31.12.2023 o capital da Coopprofar era detido por um conjunto de 701 cooperantes (641 em 2022), somando um capital social de 352.500€.

Estrutura Societária e Organizacional

Órgãos Sociais

Assembleia Geral



Anabela Costa e Silva
Presidente da Assembleia Geral



Sónia Pereira de Sousa
Vice-Presidente da Assembleia Geral



Maria Mafalda
Secretária da Assembleia Geral

Conselho de Administração



Hélder Mesquita
Presidente do Conselho de Administração



José Mingocho
Vice-Presidente do Conselho de Administração



Sofia Madureira Pires
Secretária do Conselho de Administração



José Oliveira e Sousa
Tesoureiro do Conselho de Administração



Rita Domingues
Vogal do Conselho de Administração



Paulo Melo e Sousa
Suplente do Conselho de Administração



Manuel Cerdeira e Sá
Suplente do Conselho de Administração



Ana Coutinho
Suplente do Conselho de Administração



Ana Sá
Suplente do Conselho de Administração



Miguel Valério
Suplente do Conselho de Administração

Conselho Fiscal



Natália Patrocínio
Presidente do Conselho Fiscal



Paula Garcia
Relator do Conselho Fiscal



Grácia Rodrigues
Vogal do Conselho Fiscal



João Lopes de Sá
Suplente do Conselho Fiscal



Cristina Ferronha da Silva
Suplente do Conselho Fiscal

Estrutura Societária e Organizacional

Direção Executiva



Luís Pestana Mourão
Diretor Geral



Sérgio Mesquita
Diretor Comercial
Business Solutions



Filipe Cigarro
Diretor Comercial
Farmácia



Alberto Pinto
Diretor de Compras
e Aprovisionamento



António Lopes
Diretor Financeiro



Fernando Sousa
Diretor de Informática



Paulo Pires
Diretor de Logística



Natércia Moreira
Diretora de Marketing



Carla Fernandes
Diretora de
Recursos Humanos



Susana Quelhas
Diretora Técnica
e da Qualidade



Nuno Almeida
Diretor de Transportes
e Distribuição

Visão & Missão Valores

Visão

Ambicionamos ser a primeira escolha das Farmácias e o parceiro de eleição da Indústria Farmacêutica

Missão

Criar Valor para as Farmácias

Valores

Integridade
Excelência
Colaboração

A Economia em Portugal 2023



O PIB da economia portuguesa cresceu 2,3% em 2023 (Banco de Portugal), muito impulsionado pelo desempenho das exportações, em particular no último trimestre do ano, que se revelou o maior motor do crescimento económico (4,2%).

O crescimento de 2023 vem após um ano muito positivo que foi o de 2022, em que o PIB da economia, em retoma pós-pandemia, registou um aumento de 6,8%, o maior desde 1987.

Segundo as previsões do Banco de Portugal, estima-se que a economia se mantenha em ciclo expansionista nos próximos três anos, a crescer acima dos 2% e com desempenho superior ao da Zona Euro (1,6%), beneficiando dos fundos europeus e da atividade do turismo. Mais uma vez, como tem acontecido no passado recente, a alimentar o crescimento da economia estarão as exportações e o investimento.

Estas previsões, bem como a marca registada pela economia em 2023, assentam em taxas consideradas elevadas, acima do crescimento potencial que se estima num intervalo de 1,6% a 2,0% (Santander, Boletim Económico de Março 2024).

O Índice harmonizado de preços no consumidor fixou-se em 5,3% em 2023, mas estima-se que a inflação venha a convergir para 2% no início de 2025, fruto do que tem sido a política monetária do Banco Central Europeu, muito focada na contenção do crescimento dos preços da Zona Euro, mas também num aumento do consumo privado de apenas 0,3% dado o crescimento contido do rendimento disponível real e na recuperação da taxa de poupança.

Perspetiva-se em 2024-25 um crescimento do consumo privado inferior ao da atividade, o que contribuirá para o controlo dos níveis de inflação durante este período.

Em 2023 o investimento cresceu 2,3% (2,4% em 2022), mas há razões para se estimar níveis bem superiores em 2024-25, numa média de 4,7%, em muito justificado da entrada de fundos da União Europeia, em particular os associados ao PRR.

No que ao mercado do trabalho diz respeito, o emprego cresceu 0,9% em 2023, prevendo-se para os três anos seguintes níveis de crescimento entre os 0,5% e 0,7%. Estas variações são resultado da relativa estabilização da população em idade ativa (os fluxos de migração a compensarem a evolução do saldo natural) e das taxas de atividade e desemprego.

A taxa de desemprego fixou-se nos 6,5%, a qual se perspectiva manter para o mesmo horizonte temporal.

Retrospetiva

2023



Relativamente ao negócio de logística e distribuição à farmácia comunitária em Portugal, o ano de 2023 representou um reforço de 0,3% da quota de mercado de sell out à farmácia, traduzido numa quota média anual de 13,6% a nível nacional. Esta variação positiva é especialmente explicada pelo aumento da atividade na região sul do país, nomeadamente nos distritos de Setúbal e Lisboa, onde o desempenho da Cooprofar, em linha com os objetivos definidos no início do ano, se fixou pelo aumento da quota de mercado em 8,41% e 15,61%, respetivamente.

Na Merfacar, o ano ficou positivamente marcado pela abertura de operação direta em Angola, através da criação da Mercafar SU, empresa que permite ao grupo prestar direta e presencialmente serviços de representação de laboratórios e outros serviços a parceiros da distribuição local. A abertura coincidiu com a continuidade do negócio com a Sanofi, laboratório que em Julho de 2023 reconfirmou num novo contrato para os próximos anos a confiança no trabalho que vinha a ser efetuado a partir de Portugal. Do mesmo modo reforçamos a parceria com a Servier, laboratório com quem acordamos a prestação de um serviço de promoção médica no mesmo território. Ao mesmo tempo procedemos ao trabalho de preparação da marca própria, dafarmacia, com a qual pretendemos abordar em 2024 o mercado das farmácias em Portugal, com um portfólio de produtos essenciais. Ainda no mesmo período iniciamos a reformulação da área de representações com a seleção de novos parceiros: IAP Pharma e GBSO.

Na Medlog, em consequência das fortes restrições que o regulador nacional colocou às exportações, a atividade de comércio intra-comunitário foi afetada negativamente.

Na área de logística externa, o ano de 2023 fica marcado pelo reforço da operação com clientes externos, nomeadamente no mercado hospitalar, ambição definida no início do exercício como forma de estender ao mercado “extra Cooprofar” a qualidade do serviço prestado às demais empresas do grupo. Fica marcado também pela concentração das operações de transporte do grupo exclusivamente na Dismed. Para manter a qualidade do serviço prestado, procedeu-se ao reforço do investimento na renovação da frota, que abrangeu cerca de 15% da sua totalidade.

Ao nível global, uma série de iniciativas, comuns a todas as empresas do grupo, marcaram o ano. Para além da renovação das certificações NP4457 (gestão de inovação), ISO 9001 e SA 8000, foram prosseguidos esforços no sentido de melhorar a qualidade do serviço, ao mesmo tempo intervindo em fatores que determinam melhor eficiência. Nas áreas de marketing e comercial, iniciamos o projeto de redesenho dos portais digitais, trabalhando com todos os stakeholders relevantes no sentido de dar resposta a todos os requisitos que os mesmos consideram relevantes, de forma a tornar a interação nos espaços digitais do grupo apelativa, com design moderno e intuitivo, potenciando um canal de fundamental de comunicação, prestador de informação a todas as entidades externas com as quais as empresas do grupo interagem.

Do ponto de vista da organização desenvolvemos, com o auxílio da Capgemini, o levantamento de processos que permitiu terminar o ano com uma caracterização global, detalhada e consonante com os sistemas operacionais de todas as atividades desenvolvidas por todas as equipas que compõem o grupo Cooprofar. De uma forma mais geral foi efetuado um investimento no reforço de equipas de suporte visando um ainda melhor acompanhamento, ao nível do controlo de gestão, às equipas de gestão, bem como a gestão exclusiva de projetos internos.

Ao nível das infraestruturas o último trimestre do ano fica marcado por uma intervenção profunda na cobertura do armazém de Gondomar visando a obtenção de um reforço energético, principalmente a nível passivo, pelo reforço das componentes de isolamento.

Num ano marcado por uma forte pressão de mercado e de projetos internos visando a inovação e sustentabilidade de operações, a todos os desafios responderam as equipas com muito empenhamento e determinação, fundamental para a prossecução dos bons resultados obtidos.

A vertente económica e financeira

A atividade de 2023 fica marcada, ao nível consolidado, por um volume de negócios de 438M€, valor que representa um crescimento de 5,5% face ao período homólogo. A margem bruta consolidada foi de 7,3%, valor que representa uma melhora de 8,4% face ao período homólogo. Desta atividade resulta ainda um EBITDA de 8,4M€ e um resultado líquido de 5,3M€, valores que representam, respetivamente, um aumento destes indicadores de 11,7% e 26,5% face ao período homólogo.

A vertente operacional

Na continuidade do que já havia acontecido em 2022, também 2023 fica inevitavelmente marcado pela dificuldade no acesso ao medicamento, situação com forte justificação na guerra da Ucrânia e na dificuldade, por ela criada, de manutenção dos níveis de fornecimento pré-guerra. O nível de stock de produtos de venda variou em idade conforme tabela anexa.

Na atividade de transportes a frota própria de distribuição do grupo percorreu em 2023 cerca de 4 230 133 km, associados a 17 949 892 linhas processadas na logística interna, valor que, representando um aumento de 3,8% face ao período anterior, se justifica por iniciativas de melhoria nas operações visando uma maior eficiência na operação.

Stock em Valor	2023
<30 dias	64,35%
<60 dias	15,92%
<90 dias	6,81%
<120 dias	3,63%
<150 dias	2,16%
<180 dias	1,24%
<365 dias	2,33%
>365 dias	3,57%

Indicadores Operacionais



Encerramos o ano de 2023 com o sentimento de missão cumprida. Alcançamos aquilo a que nos comprometemos com os Cooperadores em dezembro de 2022, através de objetivos claros que nos permitem afirmar, com convicção, que somos uma organização em que os valores cooperativos determinam o seu percurso. De igual modo, as Iniciativas e Projetos preconizadas ao longo do ano foram concretizadas salvaguardando sempre a atenção e esforço necessários para cumprir os objetivos traçados de volume de negócios e robustez financeira.



Iniciativas & Projetos 2023

Plano Cooperativo

a nossa casa

• 1º semestre

No primeiro semestre, apelamos à contribuição dos Cooperadores para a análise e desenvolvimento da Proposta de Alteração de Estatutos. O propósito da Proposta visava o cumprimento de determinações legais em vigor desde 2015 e a preparação da Cooperativa para o futuro.

• 2º semestre

Prosseguindo o propósito de continuar a dar voz às Farmácias, no segundo semestre, continuamos a realizar ações d'a nossa casa e a fomentar a partilha de experiências e necessidades das Farmácias com a sua Cooperativa.



Assembleia Geral de aprovação dos novos Estatutos e Regulamento Interno da Coopprofar

A Administração da Coopprofar, consciente da importância vital dos Estatutos para a Cooperativa, não só para o presente, mas também para o futuro, assumiu desde o primeiro momento o compromisso de elaborar uma proposta de alteração de Estatutos.

Depois de um amplo debate, em abril, os Cooperadores, em Assembleia Geral, aprovaram a alteração de Estatutos da Cooperativa. Em conjunto, e de forma democrática, sanaram questões legais, democratizaram, modernizaram e promoveram transparência na Cooperativa. Além disso, conscientes de que para o governo e boa gestão de uma Cooperativa é imperativo um normativo claro e transversal, os Cooperadores aprovaram também o Regulamento Interno. Esta ferramenta de trabalho, que não existia até à data, garante que a relação entre a Cooperativa e os seus Cooperadores é norteada por princípios democráticos e transparentes.



Assembleia Geral da Coopprofar

- **Apresentação dos Relatórios & Contas referentes a 2022**

Cumprindo a Legislação e as determinações dos Estatutos, a Coopprofar realizou em maio a Assembleia Geral de apresentação de contas. No cumprimento da ordem de trabalhos, os Cooperadores apreciaram e aprovaram as contas individuais e consolidadas, que demonstraram resultados positivos. Momentos como este enaltecem a reflexão coletiva e a discussão construtiva e refletem o resultado da aplicação plena do modelo cooperativo.

Plano de atividades

Em dezembro a Administração submeteu à apreciação dos Cooperadores o Plano de Atividades e Orçamento para 2024. Num momento, que é por excelência de definição do rumo estratégico da Cooperativa, os Cooperadores aprovaram o Plano que fortalece a Cooperativa e, por conseguinte, as Farmácias.

Equidade Colaboradores Grupo

No início de 2023, com o propósito de promover equidade entre os Colaboradores do Grupo, foi implementada uma política salarial mais justa e equitativa.

Fusão Societária Transmed

- Na sequência do trabalho desenvolvido ao nível da simplificação da estrutura empresarial e modelo de governance do grupo Coopprofar, avançamos com a concentração das atividades de transportes da Transmed na Dismed (ambas empresas do Grupo).



Ordem dos Farmacêuticos

Visita da Ordem dos Farmacêuticos (OF) às instalações da Plataforma de Gondomar, na pessoa do Dr. Félix Carvalho (Presidente da Secção Regional do Norte da OF) e da Dra. Maria Luís (Secretária-Geral da Secção Regional do Norte da OF). O momento de profícua colaboração permitiu evidenciar a rápida transformação e evolução das operações da Distribuição Farmacêutica e promover a colaboração institucional em prol da atividade das farmácias.

#SerCoopprofar

protocolos exclusivos para Cooperadores Coopprofar

- Empenhamo-nos em desenvolver vantagens para os negócios, em especial para as Farmácias que têm inscrito no seu adn os valores de #sercoopprofar. Estabelecemos, por isso, novas parcerias para as Farmácias Cooperadoras Coopprofar. **Vodafone | Norauto | Porto Business School | Sharkcoders**

Os nossos
Protocolos

Norauto

**Porto
Business
School**
University of Porto

vodafone

SHARKCODERS

Plano Empresarial

Presença na Expofarma

- Três dias de excelente convívio marcaram a nossa presença em mais uma edição da Expofarma, o maior evento profissional português dedicado ao setor farmacêutico. Foi criado um espaço para receber as farmácias, laboratórios, parceiros e amigos, com os quais foram trocadas ideias e partilhadas experiências.

Colaboração

Colaboração em exclusividade, de janeiro a julho, no programa de acesso em proximidade à terapêutica hospitalar em farmácia comunitária, em vigor no Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central (CHULC).

Investimento em Parcerias de Negócios

- Formalizamos um contrato de promoção com o laboratório Servier, em Angola. Este passo marcou o início do processo de contratação da equipa responsável por representar a empresa no campo, assegurando uma presença significativa junto da comunidade médica e farmacêutica.
- Ao longo do ano de 2023, atravessamos um processo rigoroso e abrangente de negociação, apresentando propostas nas áreas financeira, qualidade, farmacovigilância e conformidade. Renovamos também o contrato com a Sanofi para o ano de 2024. O novo acordo aportou maiores responsabilidades à Mercafar, enquanto representante da Sanofi em Angola e Cabo Verde.



48 anos

de muitos desafios, luta, garra e superação

- Mais um aniversário, com os valores de sempre, pelas Farmácias. Renovamos o compromisso de continuar o nosso trabalho diário com o maior empenho e profissionalismo, numa colaboração constante entre Equipa, Parceiros, Fornecedores e Cooperadores.



Rethinking Pharma

- Presença em mais uma edição deste evento. O mote de 2023 foi a (r)evolução dos cuidados de saúde e da indústria farmacêutica (IF). Um momento propício, por excelência, a reencontrar colegas, afinar parcerias, descobrir novas soluções e desbravar novos caminhos no negócio farmacêutico.

Renovação de frota

- O cumprimento pleno das Boas Práticas de Distribuição e um nível de serviço de excelência diferenciam o Grupo Coopifar. Por isso, naturalmente, valorizamos a frota de distribuição com a adição de 8 novas viaturas climatizadas.

Lançamento do Serviço de Inteligência em Gestão de Inventário

O novo serviço Coopifar otimiza a Gestão de Stocks de um cardex de produtos em função da sua rotação na Farmácia. Liga os vários elos da cadeia de abastecimento, definindo: produtos a encomendar; quantidades necessárias; momento em que devem ser encomendados. Junta a informação do algoritmo de compras da Coopifar à informação de stocks da farmácia para prevenir possíveis faltas e garantir um melhor aprovisionamento.

O valor para o negócio da Farmácia aportado por este novo serviço e a confiança das Farmácias na Coopifar ficou amplamente espelhada no número de clientes que aderiram durante o ano.

Inteligência em Gestão de Inventário

Dia Nacional do Farmacêutico

Reconhecemos a importância do trabalho que, diariamente, Farmácias e Farmacêuticos desenvolvem. Desafiamos, por isso, os Farmacêuticos a celebrar o Dia Nacional do Farmacêutico de forma diferente.

Flexibilidade de Faturação

- Sempre a pensar nas necessidades da Farmácia, em agosto retomamos e adaptamos ao contexto atual um conceito Coopifar – o pedido com faturação a valor. A partir do dia 27 de cada mês, a Farmácia pode receber as suas Transfer Orders e Acordos Tripartidos e pagá-los com o resumo do mês seguinte.
- + Flexibilidade de gestão de stocks
 - + Disponibilidade de produto para o cliente da Farmácia
 - + Prazo de pagamento nas Encomendas Diretas (Transfer Orders e Acordos Tripartidos)

Eventos Grupos de Farmácia

- Ao longo do ano apoiamos e marcamos presença nos eventos anuais dos Grupos de Farmácia nossos Parceiros. Estes encontros constituem um forte momento de ativação de parcerias. São uma excelente oportunidade para conectar Farmacêuticos, Gestores e Líderes ao ecossistema da Farmácia.



**Mais que distribuição.
Pelos Farmácias.**

Plano da Sustentabilidade e Cidadania Empresarial

Gala Solidária das Farmácias

Angariação de fundos para o Programa abem: da Associação Dignitude

- A Gala Solidária das Farmácias reverte para o Programa abem: que tem por missão ajudar quem mais precisa a aceder aos medicamentos de que necessita para viver.

II Congresso Nacional de Distribuição Farmacêutica

Participação no II Congresso Nacional de Distribuição Farmacêutica, na pessoa do Presidente do Conselho de Administração da nossa casa, Hélder Mesquita, através da moderação do Painel sobre Sustentabilidade Corporativa e Ambiental.

- “Distribuímos Saúde” foi o tema desta edição.



Renovação Certificações



- Foi com orgulho que assistimos à renovação e transição das nossas certificações, agora na versão 2021, graças à implementação/melhoria do Sistema de Gestão na organização interna e sistematização da informação.

Esta renovação é fruto do esforço e empenho diário de todos os nossos colaboradores e espelha o compromisso da Coopifar com a excelência.

Plano Estratégico de Inovação a 10 anos

- Queremos ir mais além e assegurar não só a conformidade do trabalho diário, mas também capitalizar todo o conhecimento e criatividade, concretizados em Inovação e Melhoria Constantes. A nossa equipa, empenhada na organização interna e sistematização da informação, procedeu ao arranque de desenvolvimento do Plano Estratégico de Inovação a 10 anos.

Visitas de estudo

- Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, no âmbito da unidade curricular de Distribuição Farmacêutica
- Universidade do Porto, no âmbito da International Pharmacy Profession Experience (Tailândia)
- Três turmas do curso - EFA Técnico Auxiliar de Farmácia PRO e posteriores Estágios Académicos

As visitas às instalações da Cooprofar encontram-se inseridas no compromisso de contribuir para o enriquecimento de aprendizagens e assumem especial importância pela partilha de experiências e know-how com futuros profissionais do setor farmacêutico, dando a conhecer todo o circuito logístico do medicamento e operações inerentes a um distribuidor farmacêutico de serviço completo.



Apoio a eventos de cariz Universitário

- III Jornadas de Farmácia Comunitária
- VIII edição do Congresso Nacional de Estudantes de Farmácia
- XII Congresso Científico da AEFUP.

Inserido no nosso valor basilar da Colaboração, o apoio da nossa Cooperativa a estes eventos tem como princípio a fomentação de momentos que são considerados, por excelência, oportunidades para partilha de experiências, onde estudantes e profissionais se unem através da paixão pela área da saúde e pela procura constante de conhecimento e inovação.

Colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia

Distribuição e recolha dos Cofres do peditério nacional - Delegação Norte



Associação à Campanha de Recolha de Radiografias nas Farmácias

Em colaboração com a Fundação AMI e a ADIFA.



Doação de vestuário à Associação Amizade

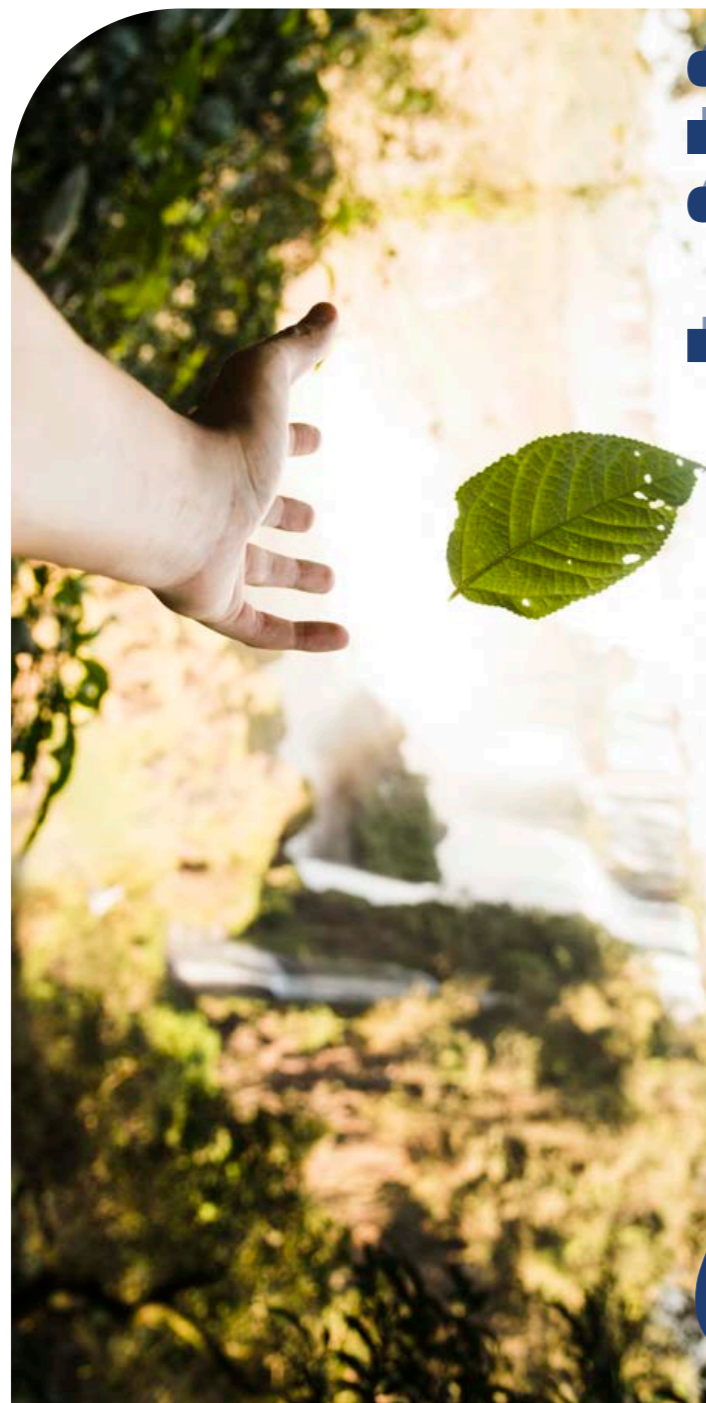
Associação de Imigrantes de Gondomar, para entrega à população da Ucrânia.



55ª e 56ª Campanhas de Recolha de Alimentos do Banco Alimentar

Agradecemos, de coração, a todos os motoristas e pessoas que contribuíram para esta causa tão nobre. Juntos, vamos alimentar a Esperança.





Sustentabilidade

2023

A sustentabilidade é uma causa maior no grupo Cooprofar, pelo que há vários anos que o grupo promove ações para esse propósito.

No plano social, as ações do grupo projetam-se no apoio a entidades com causas sustentáveis ou que suportam a ligação ou o desenvolvimento das comunidades onde também está inserido, seja pela via do estabelecimento de políticas e estruturas internas que visem o fortalecimento da igualdade salarial ou promotoras de segurança e saúde no trabalho de todos os seus colaboradores. O grupo Cooprofar reconhece ainda o importante papel da promoção da diversidade, equidade e inclusão como forma de acompanhar o desenvolvimento humano e o bem-estar dos colaboradores. Valorizando dimensões como o género, a deficiência, a diversidade geracional ou cultural, as empresas do grupo respeitam políticas que promovem estes valores, e visam manter uma cultura assente na inclusão e diversidade, como forma de atrair, desenvolver e reter talentos. Complementarmente, o grupo faz questão de envolver e valorizar o trabalho de grupos sociais, em particular de pessoas com deficiência e incapacidades, nas suas operações, seja pela integração nos seus quadros, seja pela articulação e envolvimento com entidades externas focadas no acompanhamento e auxílio permanente a esses grupos.

Mantendo em vigor os instrumentos que apoiam os colaboradores em matéria de serviços de saúde ou apoio financeiro extraordinário, a gestão do grupo promoveu em 2023 uma auscultação aos seus colaboradores no sentido de saber como estes veem a relação laboral no contexto do seu bem-estar e desenvolvimento pessoais, tendo sido particularmente destacadas, pela positiva, as regalias e benefícios concedidos e as condições que a empresa proporciona para que cada colaborador desempenhe o seu trabalho. Desse trabalho surgirão, em 2024, medidas novas que visam melhorar o desempenho e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos seus colaboradores.

Ao nível da governação, em 2023 as empresas do grupo levaram a cabo medidas que visaram o enriquecimento de uma política salarial global, transparente, excedendo positivamente os requisitos legais ou estatutários que subscreve, ao mesmo tempo suportada em processos de avaliação de desempenho que alargou a todos os colaboradores do grupo.



Ao nível ambiental no ano de 2023 o grupo Cooprofar prosseguiu com o desenvolvimento de medidas visando uma melhor preservação da relação com o ambiente, projetadas, nomeadamente, nos índices de intensidade carbónica, consumo específico de energia ou nas emissões de CO2 por quilómetro percorrido pelos veículos da frota de distribuição. No mesmo sentido se justificaram as intervenções nas instalações de Gondomar, visando a melhoria da componente passiva, ao nível térmico e energético, do edifício principal de Gondomar, através do reforço das componentes de isolamento, ou ainda a continuação, programada, da renovação da frota de carros de serviço por viaturas híbridas. Também os níveis de utilização de plásticos e de papel e cartão, por medicamentos vendidos, baixaram, no período, cerca de 41% e 25%, respetivamente, sendo que foram enviados para destruição cerca de 206,38 toneladas de papel e cartão (mais 12,9% face ao período anterior, ainda assim valor proporcionalmente mais baixo face à variação das vendas de medicamentos face ao período homologado) e 18,35 toneladas de plástico, quantidade 25,6% inferior à que foi enviada para destruição no ano anterior.

2022	2023
13 565,80 Energia Produzida Útil (kg)	15 901,40 Energia Produzida Útil (kg)
0,22 Intensidade carbónica (ref. GGP*) KgCO2/kWh	0,191 Intensidade carbónica (ref. GGP*) KgCO2/kWh
0,078 Intensidade energética kWh/€	0,068 Intensidade energética kWh/€
0,106 Consumo específico de energia kWh/linha	0,103 Consumo específico de energia kWh/linha
0,03 Consumo específico de energia kWh/unidades de produto	0,031 Consumo específico de energia kWh/unidades de produto
0,21 Emissões CO2 Frota (KgCO2/Km percorridos)	0,19 Emissões CO2 Frota (KgCO2/Km percorridos)
0,71 Equilíbrio de Género	0,66 Equilíbrio de Género
0,91 Rácio salarial entre Mulheres e Homens	0,94 Rácio salarial entre Mulheres e Homens

Indicadores Financeiros 2023



O volume de negócios consolidado do grupo registou em 2023 um aumento de 5,5% face ao período homólogo, cifrando-se nos 438 milhões de euros.

Este aumento teve a sua principal origem nas vendas do canal farmácia, registando um crescimento de 4,8% (6,4% em 2022).

A divisão de Business Solutions, cujos negócios se concentram na Mercafar e na Medlog, conseguiu um aumento líquido do volume de negócios de 1,6%, em que a Mercafar diminui vendas em 5,4% e a Medlog contribui com um crescimento de 9,4%.

A divisão de Transportes, que se ocupa pela logística externa do Grupo, registou um crescimento em 2023 de 4,7% face ao ano de 2022.

Grupo Cooprofar | Volume de negócios por empresa

	2023	2022
Consolidado	438.849,638	415.777,314
Cooprofar	355.497,953	339.208,645
Medlog	55.481,740	50.733,376
Mercafar	52.902,691	55.944,361
Dismed	6.843,817	6.536,765
Medlog SGPS	24.000	22.000

Grupo Coopfar | Indicadores Financeiros Consolidados

O ano de 2023 permitiu ao Grupo Coopfar melhorar os seus rácios operacionais e financeiros, tal como já tinha sucedido em 2022. A atividade das empresas do Grupo permitiu assim reforçar de forma global e sustentada um conjunto de indicadores financeiros de relevo que permitem uma avaliação muito positiva do seu desempenho e solidez.

Da leitura do balanço consolidado ressalta o evidente aumento da autonomia financeira, passando de 38% em 2022 para 45% em 2023. Este resultado advém de mais um ano de forte redução da dívida líquida (18,6 milhões de euros em 2022 passou para 10,6 milhões em 2023). Este caminho de redução vem como consequência de uma afetação equilibrada de recursos às operações e de uma gestão criteriosa na utilização de produtos de dívida, esforço esse fundamental para reduzir ao mínimo a fatura de juros que, ainda assim, se viu agravada dada a evolução muito penalizadora das taxas de juro desde o último trimestre de 2022.

Em virtude da referida diminuição do passivo financeiro, e porque o Grupo aumentou o seu EBITDA em 11% face ao ano de 2022, atinge assim em 2023 um rácio de Dívida Líquida / EBITDA de 1,26 (2,48 em 2022). Uma evolução que representa assim um peso relativo e absoluto cada vez menor do envolvimento creditício junto das entidades bancárias.

Durante o ano de 2023 o Grupo voltou a aumentar o peso dos passivos bancários correntes face ao endividamento bancário total (92% versus 87%), uma vez que não contratou novos instrumentos de dívida estruturada, período durante o qual continuou a amortizar o capital em dívida nos instrumentos contratados no passado. Em virtude de novos investimentos planeados para 2024, é expectável que a estrutura de endividamento se altere com alguma expressão até ao final do ano.

	2023	2022
Autonomia Financeira	44,9%	37,7
Estrutura de Endividamento	91%	87%
Dívida Líquida / EBITDA	1,26	2,48
EBITDA/VN	1,91%	1,81%
Liquidez Geral	1,66	1,58
Rotação stocks (dias)	10,95	10,63
Tempo Médio de Recebimento (dias)	27	33
Tempo Médio de Pagamentos (dias)	30	33
Tempo Médio de Inventários (dias)	33	34

Em relação às componentes do fundo de maneio observam-se, na generalidade, variações relevantes face ao ano de 2022, todas elas no sentido desejado àquela que é uma afetação ótima de recursos necessários às operações.

Trata-se de um comportamento já verificado em 2022, face a 2021, e que vem como consequência de ações de gestão tendentes a: a) encurtar os prazos de recebimento, conferindo junto dos nossos clientes contrapartidas que lhes aportam valor; b) encurtar prazos de pagamento, negociando junto dos nossos fornecedores condições financeiras associadas mais vantajosas e c) aumentar a rotação de stocks (diminuir o tempo de inventários) fazendo uma gestão mais fina ao nível do aprovisionamento e de um desempenho logístico mais eficiente.

A conjugação destes esforços, permitiu ao Grupo uma redução do prazo médio de recebimento de 33 para 27 dias (em 2021 havia sido de 41 dias), uma redução do prazo médio de pagamento de 33 para 30m dias e uma redução do prazo médio de inventários de 34 para 33 dias.



Riscos & Incertezas 2024

Sobre o ano de 2024 pende a incerteza causada pelas consequências da manutenção de dois quadros de conflito, na Europa (Ucrânia) e no médio Oriente (Israel), que perduram desde o ano anterior. Conflitos esses que, sem fim à vista, podem condicionar, não só o abastecimento de medicamentos à Europa, pela via das restrições ao fornecimento de matérias-primas ou produtos intermédios que integram a sua produção ou distribuição, mas também a própria segurança dos mercados de consumo na região. É também previsível um impacto negativo no preço de gás, caso as reservas de fluido que existem na Europa escasseiem.

A incerteza introduzida na economia nacional pela mudança de quadro governativo, projetada numa maioria de governo com uma maioria débil, coloca dúvidas que subsistirão durante o ano na economia relacionada com a Saúde.

Ainda que esteja em perspetiva a devolução de algum poder de compra adicional aos portugueses, em especial por conta da diminuição de IRS, na Saúde é de esperar a manutenção de alguma instabilidade causada pela incerteza na reorganização do Serviço Nacional de Saúde. A criação das 31 novas Unidades Locais de Saúde deverá causar impacto na perspetiva de desenvolvimento de negócio ao nível das empresas que, dentro do grupo, prestam serviços de logística.

Em paralelo é de esperar a manutenção de dificuldades na obtenção no mercado nacional de produtos na cadeia de fornecimento, que os laboratórios fornecedores justificam por problemas suscitados nas suas próprias cadeias de fornecimento.

Também o impacto que pode causar a libertação de propriedade intelectual de medicamentos líderes de mercado não deixará de causar incerteza no cumprimento dos objetivos definidos.

Entretanto, a situação, que decorre desde o ano 2023, de depreciação da moeda angolana face a moedas fortes como o euro ou dólar, é fator de preocupação, seja pelas consequências que provoca na deterioração do poder de compra do consumidor local, seja pelo impacto e a dificuldade que a mesma causa nas transações com mercados externos, a que uma das empresas do grupo está exposta; decorrente desta situação também a dificuldade sentida em Angola desde o ano transato, materializada na dificuldade no acesso a divisas, constitui dificuldade adicional a ter em conta no desenvolvimento da atividade comercial no país.

De resto as dificuldades colocadas em Portugal pela entidade que regula o setor na libertação de medicamentos para venda a outros países não deixará de constituir dificuldade na prossecução dos objetivos definidos.

Perspectivas

2024

Em 2024, a economia portuguesa deverá crescer cerca de 2%, sendo que a inflação atingirá previsivelmente 2,4%, valor cerca de 2 pontos percentuais abaixo do registado em 2023 (PORDATA, 2024). Do lado do emprego, o mercado de trabalho deverá crescer cerca de 0,7% e a taxa de desemprego permanecer baixa, em torno de 6,5% (Portugal, 2024). Nos anos seguintes a inflação poderá continuar a descer, 2% em 2025, 1,9% em 2026, o que, a acontecer, resultará de menores pressões externas e de efeitos de decisões passadas de política monetária. Nos mesmos anos é expectável um aumento do emprego, cerca de 0,5% em cada um dos dois anos vindouros mais próximos, acompanhado de um aumento do consumo privado à média de 1,9% por ano entre 2024-2026. A descida da inflação faz perspetivar um aumento do rendimento disponível real das famílias em 4% no presente ano e de 1,9% entre 2025-2026, que será explicado pela diminuição da taxa de inflação, da redução da taxa de juro, da dinâmica dos salários, os quais, por força do contrato coletivo subscrito pelas empresas do grupo, sofreram fortes correções nos escalões mais baixos no início de 2023 e 2024, das prestações sociais e da redução dos impostos diretos.

O ano de 2024 aporta objetivos que estão em linha com a ambição de desenvolvimento anunciada pela Administração do grupo Cooprofar no início do anterior exercício. Do lado da Cooprofar, e em consonância com o que aconteceu no ano anterior, mantem-se a ambição de crescer no mercado da farmácia acima do crescimento médio do mercado e, em simultâneo, de ver esse crescimento mais acentuado a Sul do país, nomeadamente nas zonas compreendidas entre os distritos de Santarém e Setúbal.

Nas demais empresas, também a ambição preconizada para 2024 segue o trabalho iniciado em 2023.

Na Mercafar, à área das representações colocam-se novos desafios, com o reforço do portefólio de laboratórios parceiros a servir, expectavelmente, de alavanca a um aumento da oferta a desenvolver junto do mercado de farmácia. Aquela área será também ampliada com a oferta da marca própria, **dofarmácia**, exclusiva em Portugal para o canal farmácia, que a empresa lançou no início do ano. Com o desenvolvimento desta oferta pretendemos reforçar o valor aportado à farmácia permitindo ao mesmo tempo que esta ofereça ao seu cliente produtos de qualidade, com apresentação atraente e condições exclusivas.

Sendo expectável que os serviços que a empresa desenvolve para os seus clientes da grande distribuição em Portugal acompanhem o desenvolvimento anunciado do mercado de consumo, à atividade de exportação extracomunitária, que a empresa também desenvolve, coloca-se a ambição de crescer relativamente ao ano de 2023, período que foi especialmente condicionado pelos constrangimentos colocados pelo regulador à libertação de medicamentos para exportação.

À atividade em Angola, exercida pela nova empresa, Mercafar SU, criada pelo grupo em 2023, coloca-se o objetivo adicional de prosseguir a atividade de promoção de laboratórios internacionais, com a qualidade de serviço e competência que foi reconhecida às empresas do grupo anteriormente.

Sentindo os mesmos constrangimentos da operação de exportação extracomunitária desenvolvida pela Mercafar, à Medlog S.A. coloca-se a ambição de superar o nível de atividade atingida em 2023.

Os objetivos suprarreferidos espelham a ambição com que as empresas do grupo olham o presente ano, ainda que, para a prossecução dos mesmos, convivam com a dificuldade sentida no mercado nacional no acesso a medicamentos, tanto pela via das ruturas como pelas falhas no abastecimento por parte dos laboratórios, sentidas em particular a partir do início da guerra da Ucrânia.

Para além destes, a melhoria da eficiência das operações em qualquer das empresas continuará a ser um objetivo, ao mesmo tempo que serão consumados investimentos importantes na estruturação dos sistemas de informação, seja de suporte à atividade de backoffice, de relação com os colaboradores ou com clientes, através do lançamento de novos portais.



Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço

Índice

Demonstrações Financeiras Consolidadas

- 44 | Balanço
- 45 | Demonstração de Resultados
- 46 | Demonstração da alteração dos capitais próprios
- 50 | Demonstração de fluxos de caixa

Balanço

	Nota	2023	2022
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	8 831 873	8 795 371
Propriedades de investimento		-	-
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis	6	50 088	30 530
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	16,19	5 407 604	4 367 277
Outros investimentos financeiros	9	1 168 533	169 749
Outros ativos financeiros		-	752 940
Ativos por impostos diferidos		-	-
		15 458 097	14 115 866
Ativo corrente			
Inventários	7	37 163 106	36 479 965
Clientes	9	32 103 836	37 035 640
Estado e outros entes públicos	10	790 565	1 852 919
Capital subscrito e não realizado		-	-
Outras créditos a receber	9	5 707 657	5 805 060
Diferimentos		498 245	556 294
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	4	4 364 883	2 236 790
		80 628 293	83 966 667
Total do ativo		96 086 390	98 082 534
Capital próprio			
Capital subscrito	9	352 500	320 500
Ações / Quotas próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prêmios de emissão		-	-
Reservas legais	9	439 500	439 500
Outras reservas		34 014 157	29 802 657
Resultados transitados		294 598	294 598
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		2 710 658	1 943 388
		37 811 413	32 800 642
Resultado líquido do período		5 326 565	4 211 501
Interesses que não controlam		-	-
Total do capital próprio		43 137 978	37 012 143
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	4 505 461	7 969 759
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras dívidas a pagar		-	-
		4 505 461	7 969 759
Passivo corrente			
Fornecedores	9	33 652 150	36 473 945
Accionistas / Sócios	9	184 924	184 924
Estado e outros entes públicos	10	501 897	375 062
Financiamentos obtidos	9	9 242 473	11 625 435
Outras dívidas a pagar	9	3 295 115	3 150 459
Diferimentos		385 291	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros	9	1 181 100	1 290 807
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
		48 442 951	53 100 632
Total do passivo		52 948 412	61 070 391
Total do capital próprio e do passivo		96 086 390	98 082 534

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados

	Nota	2023	2022
Vendas e serviços prestados	8.1	438.849.638	415.777.314
Subsídios à exploração		848	28.275
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	19	271.207	427.070
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(406.780.373)	(387.742.748)
Fornecimentos e serviços externos	8.2	(8.420.297)	(8.471.690)
Gastos com o pessoal	12	(8.121.358)	(7.264.327)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9,10	(655.971)	1.062.365
Provisões (aumentos / reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor		1.849	408
Outros rendimentos	8.4	3.437.188	3.964.933
Outros gastos	8.3	(10.178.362)	(10.259.334)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.404.368	7.522.265
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(864.803)	(995.307)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.539.566	6.526.957
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	9	(1.525.284)	(1.048.850)
Resultado antes de impostos		6.014.281	5.478.107
Imposto sobre o rendimento do período	13	(687.716)	(1.266.607)
Resultado líquido do período		5.326.565	4.211.501

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração da alteração dos Capitais Próprios

	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2022	300 500	-	-	439 500	27 854 200	294 598	-	1 677 968	1 948 207	32 514 973
Alterações no período										
Alterações políticas contabilísticas										-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-
Excedentes revalorização ativos fixos tangíveis e intangíveis										-
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior					1 948 207				(1 948 207)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					250			265 420		265 670
	-	-	-	-	1 948 457	-	-	265 420	(1 948 207)	265 670
Resultado líquido do período									4 211 501	4 211 501
Resultado integral	-	-	-	-	1 948 457	-	-	265 420	2 263 294	4 477 171
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital	20 000									20 000
Realizações de prêmios de emissão										-
Distribuições										-
Entradas para cobertura de perdas										-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										-
	20 000	-	-	-	-	-	-	-	-	20 000
A 31 de Dezembro de 2022	320 500	-	-	439 500	29 802 657	294 598	-	1 943 388	4 211 501	37 012 143

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2023	320 500	-	-	439 500	29 802 657	294 598	-	1 943 388	4 211 501	37 012 143
Alterações no período										
Alterações políticas contabilísticas										-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-
Excedentes revalorização ativos fixos tangíveis e intangíveis										-
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior					4 211 501				(4 211 501)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								767 270		767 270
	-	-	-	-	4 211 501	-	-	767 270	(4 211 501)	767 270
Resultado líquido do período									5 326 565	5 326 565
Resultado integral	-	-	-	-	4 211 501	-	-	767 270	1 115 065	6 093 836
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital	32 000									32 000
Realizações de prêmios de emissão										-
Distribuições										-
Entradas para cobertura de perdas										-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										-
	32 000	-	-	-	-	-	-	-	-	32 000
A 31 de Dezembro de 2023	352 500	-	-	439 500	34 014 157	294 598	-	2 710 658	5 326 565	43 137 978

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração de fluxos de caixa

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	467 755 324	439 678 786
Pagamentos a fornecedores	(452 224 103)	(419 994 195)
Pagamentos ao pessoal	(7 620 703)	(6 961 944)
Caixa gerada pelas operações	7 910 517	12 722 645
Pagamento/recabimento do imposto sobre o rendimento	(891 927)	(2 197 213)
Outros recebimentos/pagamentos	4 001 019	(891 652)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	11 019 609	9 833 780
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis (p)	(619 110)	(547 991)
Ativos intangíveis (p)	(49 593)	(5 050)
Investimentos financeiros (p)	(1 000 000)	(8 800)
Outros ativos (p)	-	-
	(1 668 704)	(561 791)
Recebimentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis (r)	47 580	25 042
Ativos intangíveis (r)	-	-
Investimentos financeiros (r)	-	28 290
Outros ativos (r)	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	185 291	370 007
Dividendos (r)	-	-
	232 871	423 339
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(1 435 833)	(138 452)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (r)	33 463 459	80 887 687
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	32 000	20 000
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	33 495 459	80 907 687
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (p)	(39 403 066)	(68 526 418)
Juros e gastos similares	(1 386 829)	(1 048 850)
Dividendos (p)	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	(161 246)	-
	(40 951 142)	(69 575 268)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(7 455 683)	(8 667 581)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	2 128 093	1 027 747
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 236 790	1 209 044
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 364 883	2 236 790

O Contabilista Certificado (n.º53080)

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras

1. Identificação da entidade

A Coopprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. (referida neste documento como “COOPROFAR” ou simplesmente Empresa), pessoa coletiva n.º 500336512, com o capital social de 352.500€ (trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos euros) tem a sua sede social na Rua Pedro José Ferreira, 200 - 210, freguesia de Fânzeres, concelho de Gondomar, tendo sido constituída em 1975.

Em 31 de dezembro de 2023, as empresas que constituem o grupo COOPROFAR e suas respetivas sedes são:

Empresas com sede em Portugal	Ramo de atividade
Coopprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, CRL	Distribuição farmacêutica
Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.
Mercafara – Distribuição Farmacêutica, S.A.	Representação, promoção e distribuição de produtos de saúde em farmácias, parafarmácias e espaços saúde.
Dismed – Transporte de Mercadorias, S.A.	1 Prestação de serviços de armazenagem, coordenação, organização e realização de transporte de mercadorias por via terrestre, marítima e aérea no espaço nacional e internacional.
Medlog – Logística Farmacêutica, S.A.	Operador logístico de produtos farmacêuticos.
Empresas com sede no estrangeiro	Ramo de atividade
Mercafara – Distribuição Farmacêutica (SU), Lda	Comércio geral por grosso e a retalho, de agenciamento e de promoção de medicamentos para medicina de uso humano, medicamentos de uso veterinário, produtos biológicos, produtos destinados à agricultura industrial e biológica, alimentação, produtos e utensílios para animais de companhia, máquinas, equipamentos agrícolas e agropecuários, pescas, transportes, representações, agenciamento e prestação de serviços, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que o sócio-único entenda e de acordo com as limitações legais.

Doravante a Coopprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. e as Empresas que fazem parte do grupo são designadas por Grupo ou Grupo Coopprofar.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em euros, referem-se à atividade do Grupo em termos consolidados e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião promovida para o efeito no dia 18 de abril de 2024. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do perímetro de consolidação da Coopprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L., bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Na sede social pode ser obtida cópia das demonstrações financeiras consolidadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos n.os 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Não foram aplicados, supletivamente, outros normativos contabilísticos.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico, e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e dos registos contabilísticos da empresa.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Investimentos financeiros

São as seguintes as políticas adotadas para o reconhecimento e mensuração de investimentos financeiros:

a) Investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias (empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) e associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da subsidiária ou associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Outros Rendimentos e Ganhos", após reconfirmação do justo valor atribuído. É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias ou associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão. Quando a proporção do Grupo prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da subsidiária ou associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a subsidiária ou associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias ou associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na subsidiária ou associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma subsidiária ou associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

b) Outros investimentos financeiros

As participações financeiras noutras entidades incluem as entidades sobre as quais o Grupo detém um investimento, mas em relação ao qual não exerce controlo, não tem controlo conjunto, nem influência significativa. Estas participações financeiras são registadas pelo método do custo, sempre que o seu justo valor não é possível de determinar com fiabilidade.

c) Conversão de demonstrações financeiras de subsidiárias ou associadas estrangeiras

Os ativos líquidos das demonstrações financeiras das subsidiárias ou associadas estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e o resultado líquido é convertido para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. Sempre que uma subsidiária ou associada estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, excepto os edifícios, são valorizados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, conforme está previsto na NCRF 7.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. São depreciados de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

Os aumentos na quantia escriturada de um ativo em resultado do modelo de revalorização são creditados em “Excedentes de revalorização” no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo ativo são igualmente levadas aos “Excedentes de revalorização” nos capitais próprios; as restantes diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo, levada a gastos do período, e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida de “Excedentes de revalorização” para “Resultados transitados”.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta e do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	3

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário devemos registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que estimam, por contrapartida da rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis” da demonstração dos resultados. .

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os valores residuais dos ativos, o método de depreciação e a vida útil estimada são revistos e ajustados, se necessário, na data de balanço. Os impactos são registados em resultados.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são reintegrados durante o período de vida útil estimado.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos / reversões de depreciação e de amortização".

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Programas de computador	3
Projetos de desenvolvimento	1

3.4. Ativos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo Cooprofar classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Grupo Cooprofar classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

O Grupo Cooprofar avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, o Grupo reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.5. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se a a mercadorias detidas para venda no âmbito da atividade das empresas do Grupo. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio como método de custeio.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.

3.6. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.8. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou directamente no mercado são reconhecidas no Capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a COOPROFAR tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

3.9. Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo Cooprofar classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável do Grupo, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede do Grupo, e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

3.12. Imparidade de ativos

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, a Empresa utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade. No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários, os quais são posteriormente revistos e ajustados pelos departamentos responsáveis de forma a garantir que o valor dos inventários não excede o seu valor realizável líquido.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo Cooprofar tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo Cooprofar divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Subsídios e apoios do Governo

O Grupo Cooprofar reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais o Grupo Cooprofar detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito,

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo Cooprofar não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo Cooprofar tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo Cooprofar. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Cooprofar; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O Grupo reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que o Grupo obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma prestação de serviços estejam substancialmente resolvidas.

3.17.1 Logística farmacêutica

Este segmento incluiu essencialmente as transações relativas aos contratos de logística dos quais resultam obrigações de armazenamento e distribuição de produtos de saúde.

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador.

O rédito é reconhecido de forma integral porque o Grupo assume o risco de danificação e obsolescência do stock e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado.

3.17.2 Juros

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.18. Matérias ambientais

Em relação aos encargos de carácter ambiental o Grupo Cooprofar, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

3.19. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo Cooprofar são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas nas notas anexas. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

3.19.1 Provisões

O Grupo Cooprofar analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.19.2 Ativos fixo tangíveis e ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.19.3 Imparidade de ativos

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo Cooprofar, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo Cooprofar.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.20. Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro, de acordo com políticas aprovadas pelos órgãos de gestão do Grupo.

Por risco financeiro, entende-se, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da sociedade.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pela Direção Financeira, e tem como principal objetivo o controlo dos riscos já existentes e aos quais a sociedade se encontra exposta.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. Neste sentido, o Grupo:

- (i) Tem implementado processos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- (ii) Possui equipa dedicada à gestão do crédito, seu controlo, monitorização e das cobranças;
- (iii) Estabelece para todos os seus clientes os limites de crédito;
- (iv) Possui uma apólice de seguro de crédito no sentido de adequar e ajustar a sua política comercial em face do nível de cobertura de crédito de cada seu cliente.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se divulgados na Nota 9.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 9.

O montante apresentado nas demonstrações financeiras relativo a clientes e outras dívidas de terceiros, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

Risco de taxa de juro

A exposição da sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, contratados na sua totalidade a taxa variável, sendo que a sua alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos / pagos, provocando conseqüentemente variações de caixa.

Os órgãos de gestão do Grupo aprovam os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

		2023	2022
	Variação	Resultados	Resultados
Financiamentos obtidos	+1 p.p.	137.479	195.952
Financiamentos obtidos	-1 p.p.	(137.479)	(195.952)
Variação Resultados		2023	2022
Financiamento Final		13.747.934	19.595.194
Exercício			
Variação 1 p.p.		137.479	195.952

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez no Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que o Grupo possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades comerciais, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando estas são devidas.

Com este propósito a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- (i) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- (ii) Diversificação das fontes de financiamento;
- (iii) Diversificação das maturidades da dívida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo de amortização de dívida;
- (iv) Contratação de linhas de crédito de curto prazo, contratos de factoring, Leasing mobiliário, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis de liquidez e de gastos financeiros suportados.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 9, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 10.564.151€ e 18.649.211€, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 9) e caixa e depósito bancários (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4. 1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31-12-2023	31-12-2022
Numerário		
Caixa	3.527	3.358
Depósitos Bancários		
Depósitos Bancários à ordem	3.272.508	1.897.523
Depósitos Bancários a prazo	1.088.849	335.909
Caixa e equivalentes de caixa	4.364.883	2.236.790

O montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 corresponde aos valores apresentados no quadro acima.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

5. Ativos fixos tangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes aos Ativos fixos tangíveis tinham a seguinte composição:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2022								
Custo de aquisição	3 527 312	11 145 869	1 242 430	2 737 804	2 324 641	11 998 751	1 900	32 978 707
Imparidade acumulada		(10 839 033)	(1 124 721)	(1 967 622)	(2 166 466)	(7 445 273)		(23 545 238)
Depreciações acumuladas								
Valor líquido	3 527 312	306 836	117 709	770 182	158 176	4 553 478	1 900	9 433 469
31 de Dezembro de 2022								
Adições		4 742	2 075	361 462	10 549	77 459	14 950	471 237
Alienações		(59 399)		(387.289)	(21 722)	(71 479)		(539.889)
Transferências e abates								-
Revalorizações								-
Imparidades								-
Depreciação - exercício		(89 625)	(32 979)	(342 256)	(77 849)	(448 056)		(990 764)
Depreciação - alienações		18 320		312 301	21.722	68 975		(421 318)
Depreciação - transf. e abates								
Valor líquido	-	(125 962)	(30 904)	(55 782)	(67 300)	(373 101)	14 950	(638 098)
31 de Dezembro de 2022	3 527 312	180 874	86 805	712 276	90 876	4 180 377	16 850	8 795 371
Custo de aquisição	3 527 312	11 091 212	1 244 505	2 711 977	2 313 468	12 004 731	16 850	32 910 055
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(10 910 338)	(1 157 700)	(1 997 577)	(2 222 592)	(7 824 354)	-	(24 114 684)
Valor líquido	3 527 312	180 874	86 805	714 399	90 876	4 180 377	16 850	8 795 371

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2023								
Custo de aquisição	3 527 312	11 091 213	1 244 505	2 711 977	2 313 468	12 004 731	16 850	32 910 056
Imparidade acumulada								-
Depreciações acumuladas		(10 912 461)	(1 157 700)	(1 997 577)	(2 222 592)	(7 824 354)		(24 114 684)
Valor líquido	3 527 312	178 752	86 805	714 400	90 876	4 180 377	16 850	8 795 371
31 de Dezembro de 2023								
-Adições	-	4 540	34 083	532 146	41 527	82 394	257 178	951 868
Alienações				(451 350)	(23 198)	(12 804)		(487 352)
Transferências e abates		1 900					(1 900)	-
Revalorizações								-
Imparidades								-
Depreciação - exercício		(45 057)	(30 712)	(306 710)	(44 195)	(432 487)		(859 162)
Depreciação - alienações				395 144	23 198	12 804		431 146
Depreciação - transf. e abates								-
Valor líquido	-	(38 617)	3 371	169 230	(2 669)	(350 093)	255 278	36 501
31 de Dezembro de 2023								
31 de Dezembro de 2023	3 527 312	140 135	90 176	883 630	88 207	3 830 284	272 128	8 831 873
Custo de aquisição	3 527 312	11 097 653	1 278 588	2 792 773	2 331 797	12 074 321	272 128	33 374 572
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(10 957 518)	(1 188 412)	(1 909 143)	(2 243 589)	(8 244 037)	-	(24 542 699)
Valor líquido	3 527 312	140 135	90 176	883 630	88 208	3 830 284	272 128	8 831 873

6. Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes aos Ativos intangíveis tinham a seguinte composição:

	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
1 de Janeiro de 2022							
Custo de aquisição	-	1 044 967	614 096	118 008	-	-	1 777 071
Imparidade acumulada							
Amortizações acumuladas		(1 044 967)	(608 846)	(118 008)			(1 771 821)
Valor líquido	-	-	5 250	-	-	-	5 250
Adições			6 106			23 718	29 824
Alienações							-
Transferências e abates							-
Imparidades							-
Depreciação - exercício			(4 543)				(4 543)
Depreciação - alienações							-
Depreciação- transf. e abates							-
Valor líquido	-	-	6 813	-	-	23 718	30 531
31 de Dezembro de 2022							
Custo de aquisição	-	1 044 967	620 202	118 008	-	23 718	1 806 895
Imparidades acumuladas	-						
Amortizações acumuladas	-	(1 044 967)	(613 389)	(118 008)	-	-	(1 776 364)
Valor líquido	-	-	6 813	-	-	23 718	30 531

	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
1 de Janeiro de 2023							
Custo de aquisição	-	1 044 967	620 202	118 008	-	23 718	1 806 895
Imparidade acumulada							
Amortizações acumuladas		(1 044 967)	(613 389)	(118 008)	-	-	(1 776 364)
Valor líquido	-	-	6 813	-	-	23 718	30 531
Adições						23 718	23 718
Alienações							-
Transferências e abates							-
Imparidades							-
Depreciação - exercício			(4 160)				(4 160)
Depreciação - alienações							-
Depreciação- transf. e abates							-
Valor líquido	-	-	2 653	-	-	47 436	50 089
31 de Dezembro de 2023							
Custo de aquisição	-	1 044 967	620 202	118 008	-	47 436	1 830 613
Imparidades acumuladas	-				-		
Amortizações acumuladas	-	(1 044 967)	(617 550)	(118 008)	-	-	(1 780 525)
Valor líquido	-	-	2 652	-	-	47 436	50 088

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Inventários, Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção apresentavam a seguinte decomposição:

	2023			2022		
	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total
Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
Inventários iniciais	36.479.965	-	36.479.965	31.630.448	-	31.630.448
Compras	408.148.075	-	408.148.075	393.168.606	-	393.168.606
Reclassificação e regularização de inventários	(684.560)	-	(684.560)	(576.342)	-	(576.342)
Inventários finais	37.163.106	-	37.163.106	36.479.965	-	36.479.965
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	406.780.373	-	406.780.373	387.742.748	-	387.742.748

8. Rendimentos e gastos

8.1. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contra-prestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos líquidos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/ serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- (i) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- (ii) é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade; e,
- (iv) a fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com facilidade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a quantia de cada categoria significativa de rédito é como segue :

	2023	2022
Vendas de bens	436.245.902	413.498.970
Prestação de serviços	2.603.735	2.278.344
Juros e outros rendimentos similares obtidos	187.361	370.007
Total	439.036.999	416.147.321

8.2. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

Designação	Saldo	
	2023	2022
Subcontratos	3.255.478	2.991.558
Serviços Especializados	2.630.267	2.607.781
Trabalhos Especializados	1.221.231	1.288.454
Publicidade e Propaganda	149.897	41.874
Vigilância e Segurança	207.076	192.477
Honorários	76.127	69.377
Comissões	-	-
Conservação e Reparação	975.838	1.015.600
Outros	97	-
Materials	318.548	298.896
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	27.956	31.835
Livros de Documentação Técnica	201	113
Material de Escritório	101.369	107.401
Artigos para oferta	40.011	38.518
Equipamentos	148.692	120.361
Outros	319	668
Energia e Fluidos	932.211	1.094.773
Electricidade	171.379	220.767
Combustíveis	664.202	791.061
Água	46.128	40.556
Outros	50.503	42.389
Deslocações, Estadas e Transportes	239.550	540.055
Deslocações e Estadas	230.429	238.916
Transporte de Pessoal	1.917	4.055
Transportes de Mercadorias	7.204	297.084
Serviços Diversos	1.044.243	938.627
Rendas e Alugueres	109.254	121.448
Comunicação	73.015	83.047
Seguros	512.914	498.628
Royalties	-	-
Contencioso e Notariado	22.464	11.505
Despesas de Representação	56.293	36.513
Limpeza, Higiene e Conforto	194.621	179.602
Outros Serviços	75.683	7.884
Fornecimentos e Serviços Externos	8.420.297	8.471.690

8.3. Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Outros gastos apresentava a seguinte decomposição:

	2023	2022
Impostos	36.609	60.480
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	9.225.516	9.219.787
Dívidas Incobráveis	-	-
Perdas em Inventários	717.345	673.127
Gastos e Perdas em Subsid., ACE	-	-
Gastos e Perdas nos Restantes Investimentos Financeiros	-	-
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	2.166	45.305
Outros	196.726	260.635
Outros Gastos e Perdas	10.178.362	10.259.334

8.4. Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Outros rendimentos apresentava a seguinte decomposição:

	2023	2022
Rendimentos suplementares	6.119	173
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.848.818	2.645.937
Recuperação de dívidas a receber	-	485.217
Ganhos em inventários	32.784	96.786
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	97
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	46.429	70.953
Correções relativas a períodos anteriores	91.539	205.854
Excesso da estimativa para impostos	82.990	7.253
Imputação de subsídios para investimentos	-	-
Ganhos em outros instrumentos financeiros	-	-
Restituição de impostos	1.765	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	326.744	452.663
Outros rendimentos e ganhos operacionais	3.437.188	3.964.933

9. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros de capital próprio apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Capital		
Capital realizado	352.500	320.500
Capital não realizado	-	-
	352.500	320.500
Ações próprias	-	-
Prêmios / descontos	-	-
	352.500	320.500

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva legal ascendia a 439.500 €.

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal já se encontrava totalmente constituída.

Os estatutos da Coopprofar prevêm no seu Art.º 51º a constituição de reservas nos seguintes moldes:

1º | Constituem reservas da Cooperativa:

- a) A reserva legal;
- b) A reserva para educação e formação cooperativas;
- c) A reserva de sustentabilidade e investimento;
- d) Outras reservas que venham a ser constituídas por deliberação da Assembleia Geral, que deverá determinar o o respectivo modo de formação, de aplicação e de liquidação.

2º | A aplicação de resultados nas reservas será deliberada pela Assembleia-geral de acordo com os critérios previstos nos números seguintes e do Regulamento interno.

3º | A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas de exercício e revertem para ela, até ao montante de capital social da Cooperativa:

a) Pelo menos 5% dos excedentes anuais líquidos;

4º | Revertem para a reserva de educação e formação cooperativa:

a) Pelo menos 1% dos excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores, ou numa percentagem superior se assim for deliberado, em cada ano, pela Assembleia Geral;

b) Os donativos e subsídios que forem especialmente destinados à finalidade da reserva.

5º | A reserva de sustentabilidade e investimento destina-se a ser aplicada em iniciativas ou activos extraordinários, isto é, fora do normal curso do negócio, mas necessários à manutenção ou crescimento da actividade da Cooperativa, ou a ser aplicada em novos projetos de investimento, através, designadamente, do financiamento na aquisição de bens incorpóreos, corpóreos ou financeiros, ou do suporte dos custos desses investimentos.

6º | Para a reserva de sustentabilidade e investimento revertem:

a) Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores que não forem afectos à reserva para educação e formação cooperativa.

b) Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações com terceiros.

7º | Todas as reservas obrigatórias e a reservas sustentabilidade e investimento são insusceptíveis de qualquer tipo de repartição entre os cooperadores.

Ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos financeiros apresentavam a seguinte composição

	2023		2022	
	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos financeiros	45.321.602	(7.510.109)	49.982.768	(7.142.068)
Clientes	39.468.956	(7.365.120)	44.032.719	(6.997.079)
Outros créditos a receber	5.852.646	(144.989)	5.949.959	(144.989)
Passivos financeiros	50.695.199	-	59.219.598	-
Fornecedores	33.652.150	-	36.473.945	-
Financiamentos obtidos	13.747.934	-	19.595.194	-
Outras dívidas a pagar	3.295.115	-	3.150.459	-
Ganhos e perdas líquidos	(6.376.698)	-	(6.573.850)	-
De ativos financeiros	(9.225.516)	-	(9.219.787)	-
De passivos financeiros	2.848.818	-	2.645.937	-
Rendimentos e gastos de juros	(1.525.284)	-	(1.048.850)	-
De ativos financeiros	-	-	-	-
De passivos financeiros	(1.525.284)	-	(1.048.850)	-

Ativos Financeiros			2023	2022
Ativos Financeiros	Categoria	Método de Valorização		
Outros ativos financeiros	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	-	752.940
Clientes	Clientes	Custo amortizado	32.103.836	37.035.640
Acionistas / Sócios	Contas a receber	Custo amortizado	-	-
Outras contas a receber	Contas a receber	Custo amortizado	5.707.657	5.805.060
Caixa e equivalentes de caixa	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	4.364.883	2.236.790
Total ativos financeiros			42.176.376	45.830.430

Passivos Financeiros			2023	2022
Passivos Financeiros	Categoria	Método de Valorização		
Financiamentos obtidos	Empréstimos	Custo amortizado	13.747.934	19.595.194
Fornecedores	Contas a pagar	Custo amortizado	33.652.150	36.473.945
Acionistas / Sócios	Contas a pagar	Custo amortizado	184.924	184.924
Outras contas a pagar	Contas a pagar	Custo amortizado	3.295.115	3.150.459
Outros passivos financeiros	Contas a pagar	Custo amortizado	1.181.100	1.290.807
Total passivos financeiros			52.061.223	60.695.329

Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Designação	2023	2022
Cientes – conta corrente	27.354.035	39.642.569
Cientes – créditos cedidos	2.965.052	(5.277.521)
Cientes – partes relacionadas	1.529.210	2.670.592
Cientes cobrança duvidosa	7.620.658	6.997.079
Perdas por imparidade acumuladas em clientes	(7.365.120)	(6.997.079)
Cientes	32.103.836	37.035.640

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Designação	2023	2022
Devedores por acréscimos (periodização económica)	4.267.134	2.171.159
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Outras contas a receber	-	-
Outros devedores	1.386.267	3.575.667
Pessoal	54.257	58.234
Outros créditos a receber	5.707.657	5.805.060

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Designação	2023	2022
Fornecedores conta corrente	33.652.150	36.473.945
Fornecedores - partes relacionadas	-	-
Fornecedores - títulos a pagar	-	-
Outros saldos de fornecedores	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
Fornecedores	33.652.150	36.473.945

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Financiamentos obtidos por maturidade		
Até 1 ano	9.242.473	11.625.434
De 1 a 5 anos	4.505.461	7.969.760
	13.747.934	19.595.194
Outros passivos financeiros (até 1 ano)	1.181.100	1.290.807
	14.929.034	20.886.001

	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	8.915.018	3.976.844	12.891.862	7.124.582	7.480.752	14.605.334
Descobertos bancários	882	-	882	968.051	-	968.051
Contas Caucionadas	-	-	-	2.980.000	-	2.980.000
Factoring	-	-	-	301.159	-	301.159
Locações financeiras	326.573	528.616	885.189	251.642	489.008	740.650
Letras / Cheques de clientes descontadas	1.181.100	-	1.181.100	1.290.807	-	1.290.807
	10.423.573	4.505.460	14.929.034	12.916.241	7.969.760	20.886.001

Outras dívidas a pagar

Designação	2023	2022
Credores por acréscimos (periodização económica)	2.326.880	2.142.549
Dívidas ao pessoal	17.145	30.281
Fornecedores de investimento	16.802	20.744
Outras contas a pagar	934.288	956.885
Outras dívidas a pagar	3.295.115	3.150.459

10. Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes ao Estado e outros entes públicos tinham a seguinte composição:

Designação	Saldo			
	2023		2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto Sobre o Rendimento	409.995	8.806	196.507	-
Imposto estimado do exercício	-	-	-	-
Pagamento por conta	-	-	-	-
Pagamento adicional por conta	-	-	-	-
Pagamento especial por conta	-	-	-	-
Retenções na Fonte	-	-	-	-
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	-	167.215	-	152.963
Imposto sobre o Valor Acrescentado	354.909	175.698	1.656.412	98.064
Outros Impostos	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	25.661	150.178	-	124.035
Tributos das Autarquias Locais	-	-	-	-
Outras Tributações	-	-	-	-
Estado	790.565	501.897	1.852.919	375.062

Foi constituída, no exercício de 2023, uma imparidade no montante 288.435,51€, referente a crédito de imposto em sede de IVA reportado ao período de 2002/05, dado que, até à data, ainda não havia informação vinculativa por parte da Autoridade Tributária, no que se refere à possibilidade de reembolso efetivo deste imposto.

Para os períodos apresentados o saldo devedor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2023	2022
Pagamentos por conta	1.033.857	1.463.095
Pagamentos adicional por conta	54.559	-
Pagamentos especiais por conta	-	-
Retenções na fonte	18	18
Estimativa de IRC	(678.439)	(1.266.607)
Total	409.995	196.507

Quanto ao saldo credor de IRC, salienta-se que a Estimativa de IRC da empresa Mercafar, SU ascendeu ao montante de 3.002 euros e da empresa Trans Med, SA a 5.804 euros.

11. Locações

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativamente a rendas vincendas de contratos de locação financeira a equipamentos de transporte e equipamentos administrativos no montante de 855.189 euros (2022: 740.650 euros), as quais se encontram incluídas na rubrica “Financiamentos obtidos” (Nota 9).

	2023	2022
Até um ano	326.573	251.642
Mais de um ano	528.616	489.008
Valor atual do total dos futuros pagamentos mínimos	855.189	740.650

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

12. Benefícios dos Empregados

Nos períodos referentes aos anos 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Gastos com o pessoal é apresentado no quadro seguinte:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	-	118.491
Remunerações do pessoal	6.456.853	5.622.284
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	1.292.232	1.122.876
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	43.620	58.253
Gastos de ação social	214.310	217.280
Outros gastos com o pessoal	114.342	125.143
Gastos com o Pessoal	8.121.358	7.264.327

13. Imposto do exercício

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos de impostos detalhavam-se da seguinte forma: :

	2023	2022
Imposto corrente	687.716	1.266.607
Imposto diferido	-	-

O Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC (excepto a empresa Cooprofar).

No exercício fiscal de 2023, as empresas incluídas no RETGS encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,25% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 9% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC a Empresa encontra-se, adicionalmente, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referenciado normativo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de 4 anos (5 anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A taxa de IRC em vigor para 2023 é de 21%.

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2023			2022		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado Antes de Imposto	6 014 281	21%	1 262 999	5 478 107	21%	1 150 402
Diferenças permanentes			0			0
Efeito MEP	-271 207	21%	-56 953	-427 070	21%	-89 685
Benefícios fiscais à matéria coletável	0	21%	0	0	21%	0
Benefícios fiscais à coleta	0	21%	0	0	21%	0
Ajustamentos e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	0	21%	0	0	21%	0
Ajustamentos - gastos diversos não aceites fiscalmente	493 413	21%	103 617	242 298	21%	50 883
Outros	-94 210	21%	-19 784	-78 609	21%	-16 508
Derrama municipal			76 778			65 184
Derrama estadual			101 966			63 739
Tributação autónoma			44 093			49 957
Outros - Crédito fiscal extr. ao investimento - SIFIDE II			-825 000			
Impostos diferidos ativos			0			0
Reconhecidos em relação a diferenças temporárias de períodos anteriores			0			0
Não reconhecidos sobre diferenças temporárias do período			0			0
Não recuperados/aproveitados			0			0
Impostos diferidos passivos			0			0
Impacto pela revisão da taxa legal			0			0
Outros			0			-7 366
Gastos/rendimentos de impostos			687 716			1 266 606

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2023	2022
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,25%	1,25%
	22,25%	22,25%
Taxa Efetiva de Imposto	12,00%	25,00%

14. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações entre Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota, com exceção das transações feitas com duas sociedades participadas em Angola, para as quais foram efetuadas as seguintes vendas em 2023.

	Socifarma	Mecofarma
Mercafar	13.635	-

15. Provisões e Passivos Contingentes

O Conselho de Administração considera não existir necessidade de reconhecer qualquer provisão.

Os passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias prestadas e respetivos beneficiários são os que se seguem na tabela abaixo:

Entidade	Descrição	Valor	Beneficiário
BCP	Garantia bancária	20.000	Lab Militar Prod. Químicos Farmacêuticos
Santander	Garantia bancária	495	Governo Civil Lisboa
BPI	Garantia bancária	108.405	Emprofac
BPI	Garantia bancária	83.263	Emprofac
BPI	Garantia bancária	49.656	Emprofac

A empresa entende que relativamente às contas do ano de 2023 não existem outros passivos contingentes.

16. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovados pelo Conselho de Administração a 18 de abril de 2024.

Até à data não se considera existir eventos subsequentes relevantes, que alterem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras bem como as interpretações ou informações acima prestadas.

17. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os honorários pagos à sociedade de Revisores Oficiais de Contas, “Carmo & Cerqueira, SROC, Lda”. e “Sá & Gomes, SROC, Lda” para os anos de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023	2022
Honorários de revisão legal	68.200	68.200
Contas individuais	63.200	63.200
Contas consolidadas	5.000	5.000

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

Matérias ambientais

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da empresa não estima que existam riscos relacionados com a proteção e a melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2023.

Outras divulgações exigidas por diplomas legais:

Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais e contributivas nos prazos legalmente estipulados

19. Outras divulgações

Investimentos em associadas

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2023, e os rendimentos e gastos gerados desde a data de aquisição, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das Empresas associadas, são como segue:

Empresa	% Participação Efetiva	2023	2022	Método de Contabilização
Medlynce – SGPS, S.A.	31,25%	5 407 604	4 367 277	M.E.P.
		5 407 604	4 367 277	

À data da produção deste relatório não tinham ainda sido disponibilizadas as demonstrações financeiras de 2023 da Medlynce – SGPS, S.A, pelo que os saldos aqui reportados referem-se ao MEP de 2022.

	2022						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada	Proporção no resultado
Emp subsidiárias: Medlynce SGPS, S.A.	17 313 541	5 468	17 308 074	867 862	31,25%	5 407 604	271 207
						5 407 604	271 207

Em 31 de dezembro de 2023, o investimento em empresas subsidiárias e associadas é como segue:

01 de Janeiro de 2022	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	3 674 537
Goodwill da aquisição	0
Perdas por imparidade	0
	3 674 537
Movimentos de 2022	
Aquisições	0
Alienações	0
Dividendos recebidos	0
Participação nos resultados do exercício	427 070
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	265 670
Perdas de imparidade	0
31 de Dezembro de 2022	4 367 277
01 de Janeiro de 2023	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	4 367 277
Goodwill da aquisição	0
Perdas por imparidade	0
	4 367 277
Movimentos de 2023	
Aquisições	0
Alienações	0
Dividendos recebidos	0
Participação nos resultados do exercício	271 207
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	769 120
Perdas de imparidade	0
31 de Dezembro de 2023	5 407 604

Gondomar, 18 de abril de 2024.

20. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2024, serão propostas à Assembleia Geral de cooperadores, a convocar no próximo dia 23 de maio de 2024.


O Contabilista Certificado (N° 53080)


O Conselho de Administração

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à informação incluída nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentadas pelas empresas associadas.


Certificação Legal de Contas

Consolidado





CARMO & CERQUEIRA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 96.086.390 euros e um total de capital próprio de 43.137.978 euros, incluindo um resultado líquido de 5.326.665 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Conforme evidenciado na Nota 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, encontra-se reconhecido na rubrica de Participações financeiras – método da equivalência patrimonial, um ativo de 5.407.604 euros relativo à participação do Grupo no capital da sociedade Medlynce – SGPS, S.A. A ausência de informação financeira auditada desta entidade impossibilita-nos de validar o referido montante e aferir acerca da sua recuperabilidade, bem como avaliar quais os impactos que a obtenção da referida informação poderia originar nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do

Carmo & Cerqueira, SROC, Lda | Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na CROC sob o nº 202 (Nº) 507 757 182
Morada: Rua 28 de Janeiro, nº250, Candal Park, Fração 001, 4430-335 Vila Nova de Gaia | Tel: 229062379 |
Web: www.carmocerqueira.pt | geral@carmocerqueira.pt



auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas* abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria. A nossa



responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 9 de maio de 2024

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.

Representada por

José Manuel Carvalho Dinis Carmo, ROC nº 1599



Demonstrações Financeiras Individuais

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais

- 100 | Balanço
- 101 | Demonstração de Resultados
- 102 | Demonstração da alteração dos capitais próprios
- 106 | Demonstração de fluxos de caixa

Balanço

	Nota	31 de dezembro	
		2023	2022
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 328 931	2 067 047
Propriedades de investimento		-	-
Goodwill		-	-
Ativos intangíveis	6	49 658	29 731
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	19	23 210 775	21 105 899
Outros investimentos financeiros	9	793 347	17 075
Créditos a receber		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
		26 382 711	23 219 753
Ativo corrente			
Inventários	7	27 946 856	28 722 951
Clientes	9	22 622 931	24 195 321
Estado e outros entes públicos	10	372 231	1 084 297
Capital subscrito e não realizado		-	-
Outras créditos a receber	9	2 939 815	1 140 046
Diferimentos		458 787	446 939
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	4	1 990 536	1 028 513
		56 331 157	56 618 067
Total do ativo		82 713 868	79 837 820
Capital próprio			
Capital subscrito	9	352 509	320 500
Ações / Quotas próprias		-	-
Prêmios de emissão		-	-
Reservas legais	9	439 500	439 500
Outras reservas		23 932 263	19 720 763
Resultados transitados		294 598	294 598
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		12 792 552	12 025 282
		37 811 413	32 800 642
Resultado líquido do período		5 326 565	4 211 501
Total do capital próprio		43 137 978	37 012 143
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	2 662 062	2 919 715
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras dívidas a pagar		-	-
		2 662 062	2 919 715
Passivo corrente			
Fornecedores	9	26 866 567	29 114 153
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	10	82 315	72 739
Accionistas/Sócios	9	184 924	184 924
Financiamentos obtidos	9	6 179 582	7 400 915
Outras dívidas a pagar	9	2 419 340	1 842 424
Diferimentos		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros	9	1 181 100	1 290 807
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
		36 913 827	39 905 963
Total do passivo		39 575 899	42 825 677
Total do capital próprio e do passivo		82 713 868	79 837 820

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados

	Nota	2023	2022
Vendas e serviços prestados	8.1	355.497.953	339.208.645
Subsídios à exploração		-	56
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	19	1.337.605	1.502.894
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(329.769.090)	(316.778.207)
Fornecimentos e serviços externos	8.2	(11.145.931)	(10.300.463)
Gastos com o pessoal	12	(1.816.799)	(1.727.148)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9,10	(24.215)	629.452
Provisões (aumentos / reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor		345	0
Outros rendimentos	8.4	2.534.563	3.080.612
Outros gastos	8.3	(9.682.981)	(9.713.183)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.931.450	5.902.658
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(125.621)	(133.110)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.805.828	5.769.547
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	9	(900.867)	(666.862)
Resultado antes de impostos		5.904.961	5.102.685
Imposto sobre o rendimento do período	13	(578.396)	(891.185)
Resultado líquido do período		5.326.565	4.211.501

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração da alteração dos Capitais Próprios

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2022	300.500	-	439.500	17.772.555	294.598	-	11.759.612	1.948.207	32.514.972
Alterações no período									
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de AFT's e AI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	1.948.207	-	-	-	(1.948.207)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	265.669	-	265.669
	-	-	-	1.948.207	-	-	265.669	(1.948.207)	265.669
Resultado líquido do período								4.211.501	4.211.501
Resultado integral								4.211.501	4.211.501
Operações com detentores de capital no período									
Subscrições de capital	20.000	-	-	-	-	-	-	-	20.000
Subscrições de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20.000	-	-	-	-	-	-	-	20.000
A 31 de Dezembro de 2022	320.500	-	439.500	19.720.763	294.598	-	12.025.282	4.211.501	37.012.143

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração da alteração dos Capitais Próprios

	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2023	320 500	-	439 500	19 720 763	294 598	-	12 025 282	4 211 501	37 012 143
Alterações no período									
Alterações políticas contabilísticas									-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								(4 211 501)	(4 211 501)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							767 270		767 270
	-	-	-	-	-	-	767 270	(4 211 501)	(3 444 231)
Resultado líquido do período				4 211 501				5 326 565	9 538 066
Resultado integral	-	-	-	4 211 501	-	-	767 270	1 115 064	6 093 835
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital	32 000								32 000
Realizações de prémios de emissão									-
Distribuições									-
Entradas para cobertura de perdas									-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									-
	32 000	-	-	-	-	-	-	-	32 000
A 31 de Dezembro de 2023	352 500	-	439 500	23 932 264	294 598	-	12 792 552	5 326 565	43 137 978

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração de fluxos de caixa

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recibimentos de clientes	373 661 395	354 273 531
Pagamentos a fornecedores	(368 070 041)	(341 931 811)
Pagamentos ao pessoal	(1 656 584)	(1 592 656)
Caixa gerada pelas operações	3 934 770	10 749 064
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(605 845)	(1 680 038)
Outros recebimentos/pagamentos	1 139 577	923 485
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	4 468 501	9 992 511
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis (p)	(383 714)	(145 344)
Ativos intangíveis (p)	(49 594)	(5 000)
Investimentos financeiros (p)	(775 000)	(2 403)
Outros ativos (p)	-	-
	(1 208 308)	(152 747)
Recbimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis (r)	-	9 965
Ativos intangíveis (r)	-	-
Investimentos financeiros (r)	-	-
Outros ativos (r)	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	185 291	368 224
Dividendos (r)	-	-
	185 291	378 189
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(1 023 017)	225 442
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recbimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos (f)	5 863 459	76 238 027
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	32 000	20 000
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	5 895 459	76 258 027
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos (p)	(7 478 054)	(87 381 154)
Juros e gastos similares	(900 867)	(666 862)
Dividendos (p)	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	(8 378 921)	(88 048 016)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(2 483 462)	(9 789 988)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	962 023	427 965
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 028 513	600 548
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 990 536	1 028 513

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras

1. Identificação da entidade

A Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. (referida neste documento como “COOPROFAR” ou simplesmente Empresa), pessoa coletiva n.º 500336512, com o capital social de 352.500 (trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos euros) tem a sua sede social na Rua Pedro José Ferreira, 200 - 210, freguesia de Fânzeres, concelho de Gondomar tendo sido constituída em 1975.

A empresa tem por objecto (i) adquirir, armazenar e fornecer aos seus membros todos os artigos que se destinam às farmácias; (ii) montar, adquirir ou tomar posição em laboratórios de análises químico-biológicas e para produção industrial de medicamentos ou outros produtos; e (iii) contratar representações, importações ou agenciamento de medicamentos, produtos químicos, dietéticos, cosméticos e outros, bem como aparelhagem para o setor farmacêutico, para aquisição ou utilização dos seus membros. Concorrer para o melhoramento da administração e rentabilidade das farmácias dos seus membros, designadamente, pela instalação de centros de cálculo, consultadoria especializada e serviços técnicos comuns. De um modo geral, desempenhar quaisquer outras funções de interesse para os seus membros que sejam permitidas pela legislação em vigor.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em euros, referem-se à atividade da empresa em termos individuais e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião promovida para o efeito no dia 18 de abril de 2024. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L., bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos n.os 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Não foram aplicados, supletivamente, outros normativos contabilísticos.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico, e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e dos registos contabilísticos da empresa.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Investimentos financeiros

São as seguintes as políticas adotadas para o reconhecimento e mensuração de investimentos financeiros:

a) Investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias (empresas nas quais a Empresa detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) e associadas (empresas onde a Empresa exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da subsidiária ou associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados “Outros Rendimentos e Ganhos”, após reconfirmação do justo valor atribuído. É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias ou associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da subsidiária ou associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a subsidiária ou associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias ou associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa na subsidiária ou associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma subsidiária ou associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

b) Outros investimentos financeiros

As participações financeiras noutras entidades incluem as entidades sobre as quais a Empresa detém um investimento, mas em relação ao qual não exerce controlo, não tem controlo conjunto, nem influência significativa. Estas participações financeiras são registadas pelo método do custo, sempre que o seu justo valor não é possível de determinar com fiabilidade.

c) Conversão de demonstrações financeiras de subsidiárias ou associadas estrangeiras

Os ativos líquidos das demonstrações financeiras das subsidiárias ou associadas estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e o resultado líquido é convertido para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. Sempre que uma subsidiária ou associada estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, excepto os edifícios, são valorizados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, conforme está previsto na NCRF 7.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. São depreciados de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

Os aumentos na quantia escriturada de um ativo em resultado do modelo de revalorização são creditados em “Excedentes de revalorização” no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo ativo são igualmente levadas aos “Excedentes de revalorização” nos capitais próprios; as restantes diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo, levada a gastos do período, e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida de “Excedentes de revalorização” para “Resultados transitados”.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta e do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	3

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário devemos registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este

último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que estimam, por contrapartida da rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis” da demonstração dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os valores residuais dos ativos, o método de depreciação e a vida útil estimada são revistos e ajustados, se necessário, na data de balanço. Os impactos são registados em resultados.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são reintegrados durante o período de vida útil estimado.

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização”.

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Programas de computador	3
Projetos de desenvolvimento	1

3.4. Ativos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A COOPROFAR classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A COOPROFAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A COOPROFAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a COOPROFAR reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.5. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se a mercadorias destinadas a venda ao canal farmácia. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio como método de custeio.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.

3.6. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.8. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou directamente no mercado são reconhecidas no Capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a COOPROFAR tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efectuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

3.9. Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A COOPROFAR classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a COOPROFAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da Empresa, e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

3.12. Imparidade de ativos

É efectuada uma avaliação de imparidade dos ativos da Empresa à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, a Empresa utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários, os quais são posteriormente revistos e ajustados pelos departamentos responsáveis de forma a garantir que o valor dos inventários não excede o seu valor realizável líquido.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a COOPROFAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a COOPROFAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Subsídios e apoios do Governo

A COOPROFAR reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.15. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a COOPROFAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito,

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a COOPROFAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a COOPROFAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da COOPROFAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a COOPROFAR; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da COOPROFAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a COOPROFAR; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma prestação de serviços estejam substancialmente resolvidas.

3.17.1 Logística farmacêutica

Este segmento incluiu essencialmente as transações relativas aos contratos de logística dos quais resultam obrigações de armazenamento e distribuição de produtos de saúde.

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador.

O rédito é reconhecido de forma integral porque o Grupo assume o risco de danificação e obsolescência do stock e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado.

3.17.2 Juros

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.18. Matérias ambientais

Em relação aos encargos de carácter ambiental a COOPROFAR, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

3.19. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da COOPROFAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas nas notas anexas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

3.19.1 Provisões

A COOPROFAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.19.2 Ativos fixo tangíveis e ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.19.3 Imparidade de ativos

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da COOPROFAR, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à COOPROFAR.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.20. Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco da Empresa é essencialmente controlada pelo departamento financeiro, de acordo com políticas aprovadas pelos órgãos de gestão da Empresa.

Por risco financeiro, entende-se, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da sociedade.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pela Direção Financeira, e tem como principal objetivo o controlo dos riscos já existentes e aos quais a sociedade se encontra exposta.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para a Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. Neste sentido, a Empresa:

- (i) Tem implementado processos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- (ii) Possui equipa dedicada à gestão do crédito, seu controlo, monitorização e das cobranças;
- (iii) Estabelece para todos os seus clientes os limites de crédito;
- (iv) Possui uma apólice de seguro de crédito no sentido de adequar e ajustar a sua política comercial em face do nível de cobertura de crédito de cada seu cliente.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se divulgados na Nota 9.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 9.

O montante apresentado nas demonstrações financeiras relativo a clientes e outras dívidas de terceiros, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

Risco de taxa de juro

A exposição da sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, contratados na sua totalidade a taxa variável, sendo que a sua alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos / pagos, provocando conseqüentemente variações de caixa.

Os órgãos de gestão da Empresa aprovam os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento da Empresa no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes.

Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade da Empresa a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

		2023	2022
	Resultados		Resultados
Financiamentos obtidos	Variação +1 p.p.	88.416	103.206
Financiamentos obtidos	Variação -1 p.p.	(88.416)	(103.206)
	Resultados	2023	2022
Variação Resultados	Financiamento Final	8.841.644	10.320.630
	Exercício		
	Variação 1 p.p.	88.416	103.206

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez na Empresa implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades comerciais, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando estas são devidas.

Com este propósito a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- (i) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- (ii) Diversificação das fontes de financiamento;
- (iii) Diversificação das maturidades da dívida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo de amortização de dívida;
- (iv) Contratação de linhas de crédito de curto prazo, contratos de factoring, Leasing mobiliário, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis de liquidez e de gastos financeiros suportados.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 9, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa apresenta um endividamento líquido de 6.851.108 euros e 9.292.116 euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 9) e caixa e depósito bancários (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4. 1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31-12-2023	31-12-2022
Numerário		
Caixa	3.521	3.352
Depósitos Bancários		
Depósitos Bancários à ordem	1.972.015	1.010.161
Depósitos Bancários a prazo	15.000	15.000
Caixa e equivalentes de caixa	1.990.536	1.028.513

O montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 corresponde aos valores apresentados no quadro acima.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo corrente”.

5. Ativos fixos tangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes aos Ativos fixos tangíveis tinham a seguinte composição:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2022								
Custo de aquisição	1 853 789	6 620 834	141 261	295 379	671 865	157 073	-	9 740 201
Imparidade acumulada								-
Depreciações acumuladas		(6 471 495)	(141 261)	(239 414)	(633 863)	(156 219)		(7 642 253)
Valor líquido	1 853 789	149 338	-	55 965	38 002	854	-	2 097 948
31 de Dezembro de 2022								
Adições	-			77 996	2 912	17 065		97 973
Alienações				(19 990)	(5 135)			(25 125)
Transferências e abates								-
Revalorizações								-
Imparidades								-
Depreciação - exercício		(53 677)	-	(37 023)	(36 617)	(1 557)		(128 874)
Depreciação - alienações				19 990	5 135	-		25 125
Depreciação - transf. e abates								-
Valor líquido	-	(53 677)	-	40 973	(33 705)	15 508	-	(30 901)
31 de Dezembro de 2022								
	1 853 789	95 662	-	96 937	4 297	16 362	-	2 067 047
Custo de aquisição	1 853 789	6 620 834	141 261	353 385	669 641	174 138	-	9 813 049
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(6 525 172)	(141 261)	(256 447)	(665 344)	(157 777)	-	(7 746 002)
Valor líquido	1 853 789	95 662	-	96 937	4 297	16 362	-	2 067 047

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2023								
Custo de aquisição	1 853 789	6 620 834	141 261	353 385	669 641	174 138	-	9 813 049
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(6 525 172)	(141 261)	(256 447)	(665 344)	(157 777)	-	(7 746 002)
Valor líquido	1 853 789	95 662	-	96 938	4 297	16 362	-	2 067 048
31 de Dezembro de 2023								
Adições	-	-	18 400	136 866	31 581	-	196 868	383 714
Alienações	-	-	-	(5 890)	(6 350)	(3 350)	-	(15 590)
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(41 177)	(4 792)	(63 793)	(9 935)	(2 133)	-	(121 829)
Depreciação - alienações	-	-	-	5 890	6 350	3 350	-	15 590
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	(41 177)	13 608	73 073	21 646	(2 133)	196 868	261 885
31 de Dezembro de 2023	1 853 789	54 485	13 608	170 011	25 943	14 229	196 868	2 328 932
Custo de aquisição	1 853 789	6 620 834	159 661	484 360	694 872	170 788	196 868	10 181 173
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	(6 563 868)	(146 411)	(316 509)	(668 930)	(156 560)	-	(7 852 241)
Valor líquido	1 853 789	56 966	13 250	167 852	25 943	14 229	196 868	2 328 932

6. Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes aos Ativos intangíveis tinham a seguinte composição:

	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
1 de Janeiro de 2022							
Custo de aquisição	-	316 840	593 476	103 429	-	-	1 013 744
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(316 840)	(588 226)	(103 429)	-	-	(1 008 494)
Valor líquido	-	-	5 250	-	-	-	5 250
Adições	-	-	5 000	-	-	23 718	28 718
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	-	(4 236)	-	-	-	(4 236)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	6 014	-	-	23 718	29 731
31 de Dezembro de 2022							
Custo de aquisição	-	316 840	598 476	103 429	-	23 718	1 042 462
Imparidades acumuladas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(316 840)	(592 462)	(103 429)	-	-	(1 012 730)
Valor líquido	-	-	6 014	-	-	23 718	29 731

	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
1 de Janeiro de 2023							
Custo de aquisição	-	316 840	598 476	103 429	-	23 718	1 042 462
Imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(316 840)	(592 462)	(103 429)	-	-	(1 012 731)
Valor líquido	-	-	6 014	-	-	23 718	29 732
Adições	-	-	-	-	-	23 718	23 718
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	-	(3 792)	-	-	-	(3 792)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	2 222	-	-	47 436	49 658
31 de Dezembro de 2023							
Custo de aquisição	-	316 840	598 476	103 429	-	47 436	1 066 180
Imparidades acumuladas	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	(316 840)	(596 254)	(103 429)	-	-	(1 016 523)
Valor líquido	-	-	2 222	-	-	47 436	49 658

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Inventários, Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção apresentavam a seguinte decomposição:

	Ano 2023		Ano 2022	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Inventários iniciais	28.722.951	28.722.951	25.929.263	25.929.263
Compras	329.365.656	329.365.656	319.920.143	319.920.143
Reclassificação e regularização de inventários	(372.661)	(372.661)	(348.248)	(348.248)
Inventários finais	27.946.856	27.946.856	28.722.951	28.722.951
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	329.769.090	329.769.090	316.778.207	316.778.207

8. Rendimentos e gastos

8.1. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contra-prestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos líquidos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transacção/ serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- (i) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- (ii) é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade; e,
- (iv) a fase de acabamento da transacção/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a quantia de cada categoria significativa de rédito é como segue:

	2023	2022
Vendas de bens	354.769.229	338.518.534
Prestação de serviços	728.725	690.111
Juros e outros rendimentos similares obtidos	185.291	368.224
Total	355.683.244	339.576.870

8.2. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

Designação	Saldo	
	2023	2022
Subcontratos	4.251.753	3.565.413
Serviços Especializados	1.160.169	1.264.794
Trabalhos Especializados	558.640	793.307
Publicidade e Propaganda	137.070	49.488
Vigilância e Segurança	1.489	508
Honorários	17.615	20.494
Comissões	-	-
Conservação e Reparação	445.258	400.998
Outros	97	-
Materiais	58.659	52.009
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	1.413	3.279
Livros de Documentação Técnica	113	113
Material de Escritório	18.516	11.834
Artigos para oferta	38.410	36.114
Equipamentos	-	-
Outros	207	668
Energia e Fluidos	195.921	208.391
Electricidade	92.532	114.609
Combustíveis	40.460	40.903
Água	40.499	30.341
Outros	22.430	22.538
Deslocações, Estadas e Transportes	4.893.150	4.696.899
Deslocações e Estadas	39.188	56.039
Transporte de Pessoal	666	2.047
Transportes de Mercadorias	-	-
Deslocações, estadas e transportes - outros	4.851.677	4.638.813
Outros	1.619	-
Serviços Diversos	586.279	512.956
Rendas e Alugueres	3.800	4.065
Comunicação	29.292	33.613
Seguros	375.011	325.899
Royalties	-	-
Contencioso e Notariado	2.287	4.215
Despesas de Representação	45.433	36.232
Limpeza, Higiene e Conforto	113.957	105.647
Outros Serviços	16.498	3.285
Fornecimentos e Serviços Externos	11.145.931	10.300.463

8.3. Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Outros gastos apresentava a seguinte decomposição:

	Saldo	
	2023	2022
Impostos	22.201	17.640
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	9.192.110	9.180.286
Dívidas Incobráveis	-	-
Perdas em Inventários	377.627	369.350
Gastos e Perdas em Subsid., ACE	-	-
Gastos e Perdas nos Restantes Investimentos Financeiros	-	-
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	-	-
Outros	91.043	145.907
Outros Gastos e Perdas	9.682.981	9.713.183

8.4. Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Outros rendimentos apresentava a seguinte decomposição:

	Saldo	
	2023	2022
Rendimentos suplementares	33	124
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.247.644	2.056.397
Recuperação de dívidas a receber	-	485.217
Ganhos em inventários	4.966	21.102
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	9.965
Correções relativas a períodos anteriores	19.258	66.822
Excesso da estimativa para impostos	0	-
Imputação de subsídios para investimentos	-	-
Ganhos em outros instrumentos financeiros	-	-
Restituição de impostos	1.765	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	75.606	72.762
Juros obtidos	185.291	368.224
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.534.563	3.080.612

9. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da COOPROFAR encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 70.500 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros de capital próprio apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Capital		
Capital realizado	352.500	320.500
Capital não realizado	-	-
	352.500	320.500
Ações próprias	-	-
Prêmios / descontos	-	-
	352.500	320.500

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva legal ascendia a 439.500 €.

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal já se encontrava totalmente constituída.

Os estatutos da Coopprofar prevêem no seu Art.º 42º a constituição de reservas nos seguintes moldes:

1º | Constituem reservas da Cooperativa:

- a) A reserva legal;
- b) A reserva para educação e formação cooperativas;
- c) A reserva de sustentabilidade e investimento;
- d) Outras reservas que venham a ser constituídas por deliberação da Assembleia Geral, que deverá determinar o respetivo modo de formação, de aplicação e de liquidação.

2º | A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas de exercício e revertem para ela, até ao montante do capital social da Cooperativa:

- a) As joias;
- b) Cinco por cento dos excedentes anuais líquidos;

3º | Revertem para a reserva para educação e formação cooperativas:

- a) A parte das joias que não for afetada à reserva legal;
- b) Um por cento dos excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores, ou numa percentagem superior se assim for deliberado, em cada ano, pela Assembleia Geral;
- c) Os donativos e subsídios que forem especialmente destinados à finalidade da reserva.

4º | A reserva de sustentabilidade e investimento destina-se a ser aplicada em iniciativas ou ativos extraordinários, isto é, fora do normal curso do negócio, mas necessários à manutenção ou crescimento da atividade da Cooperativa, ou a ser aplicada em novos projetos de investimento, através, designadamente, do financiamento na aquisição de bens incorpóreos, corpóreos ou financeiros, ou do suporte dos custos desses investimentos.

5º | Para a reserva de sustentabilidade e investimento revertem:

- a) Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores que não forem afetados à reserva para educação e formação cooperativas
- b) Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações com terceiros.

6º | Todas as reservas obrigatórias e a reserva de sustentabilidade e investimento são insuscetíveis de qualquer tipo de repartição entre os cooperadores.

Ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos financeiros	31.495.687	(5.932.941)	31.531.829	(6.196.656)
Clientes	28.555.872	(5.932.941)	30.391.977	(6.196.656)
Outros créditos a receber	2.939.815	-	1.140.046	-
Passivos financeiros	38.127.551	-	41.277.207	-
Fornecedores	26.866.567	-	29.114.153	-
Financiamentos obtidos	8.841.644	-	10.320.630	-
Outras dívidas a pagar	2.419.340	-	1.842.424	-
Ganhos e perdas líquidos	(6.944.467)	-	(7.123.889)	-
De ativos financeiros	(9.192.110)	-	(9.180.286)	-
De passivos financeiros	2.247.644	-	2.056.397	-
Rendimentos e gastos de juros	(900.867)	-	(666.862)	-
De ativos financeiros	-	-	-	-
De passivos financeiros	(900.867)	-	(666.862)	-

Ativos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2023	2022
Outros ativos financeiros	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	-	-
Clientes	Clientes	Custo amortizado	22.622.931	24.195.321
Acionistas / Sócios	Contas a receber	Custo amortizado	-	-
Outras contas a receber	Contas a receber	Custo amortizado	2.939.815	1.140.046
Caixa e equivalentes de caixa	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	1.990.536	1.028.513
Total ativos financeiros			27.553.282	26.363.880

Passivos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2023	2022
Financiamentos obtidos	Empréstimos	Custo amortizado	8.841.644	10.320.630
Fornecedores	Contas a pagar	Custo amortizado	26.866.567	29.114.153
Acionistas / Sócios	Contas a pagar	Custo amortizado	184.924	184.924
Outras contas a pagar	Contas a pagar	Custo amortizado	2.419.340	1.842.424
Outros passivos financeiros	Contas a pagar	Custo amortizado	1.181.100	1.290.807
Total passivos financeiros			39.493.574	42.752.938

Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Designação	2023	2022
Cientes – conta corrente	18.531.946	19.824.830
Cientes – créditos cedidos	1.448.815	3.876.434
Cientes – partes relacionadas	2.642.170	494.057
Cientes cobrança duvidosa	5.932.941	6.196.656
Perdas por imparidade acumuladas em clientes	(5.932.941)	(6.196.656)
Cientes	22.622.931	24.195.321

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Outros rendimentos apresentava a seguinte decomposição:

	2023	2022
Devedores por acréscimos (periodização económica)	2.363.847	478.073
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores	47.341	226.191
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Outras contas a receber	-	-
Outros devedores	513.230	414.328
Pessoal	15.398	21.452
Outros créditos a receber	2.939.815	1.140.046

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores conta corrente	25.784.543	27.826.323
Fornecedores - partes relacionadas	1.082.024	1.287.830
Fornecedores - títulos a pagar	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
Fornecedores	26.866.567	29.114.153

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Financiamentos obtidos por maturidade		
Até 1 ano	6.179.582	7.400.915
Mais de 1 ano	2.662.062	2.919.715
	8.841.644	10.320.630

Valor em dívida por tipo de financiamento	2023	Corrente	Não Corrente
CGD - PPC Grupado	1 700 000	1 700 000	-
NB - PPC Grupado	2 000 000	-	2 000 000
ABANCA - Mútuo 2020	250 000	250 000	-
ABANCA - Mútuo 2021	1 312 500	750 000	562 500
Cartão Crédito - CGD	251	251	-
Leasings	137 473	43 009	94 464
BNP Paribas	24 162	19 064	5 098
Cash Pooling	3 417 258	3 417 258	-
	8 841 644	6 179 582	2 662 062

	2023	2022
Rendimentos e gastos de juros		
De ativos financeiros	(900.867)	(666.862)
De passivos financeiros	(900.867)	(666.862)

Outras dívidas a pagar

	2023	2022
Credores por acréscimos (periodização económica)	2.122.979	1.548.101
Dívidas ao pessoal	1.553	6.588
Fornecedores de investimento	6.224	6.305
Outras contas a pagar	288.584	281.431
Outras dívidas a pagar	2.419.340	1.842.424

10. Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos referentes ao Estado e outros entes públicos tinham a seguinte composição:

Designação	Saldo			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto Sobre o Rendimento	197 837	-	170 388	-
Imposto estimado do exercício	(578 396)	-	(891 185)	-
Pagamento por conta	723 117	-	976 682	-
Pagamento adicional por conta	53 116	-	84 891	-
Pagamento especial por conta	-	-	-	-
Retenções na Fonte	-	-	-	-
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	-	50 951	-	46 298
Imposto sobre o Valor Acrescentado	174 394	-	913 908	-
Outros Impostos	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	31 364	-	26 441
Tributos das Autarquias Locais	-	-	-	-
Outras Tributaçãoes	-	-	-	-
Estado	372 231	82 315	1 084 297	72 739

Foi constituída, no exercício de 2023, uma imparidade no montante 288.435€, referente a crédito de imposto em sede de IVA reportado ao período de 2002/05, dado que, até à data, ainda não havia informação vinculativa por parte da Autoridade Tributária, no que se refere à possibilidade de reembolso efetivo deste imposto.

Para os períodos apresentados o saldo devedor de IRC tem a seguinte decomposição:

	2023	2022
Pagamentos por conta	723.117	976.682
Pagamentos adicional por conta	53.116	84.891
Pagamentos especiais por conta	-	-
Retenções na fonte	-	-
Estimativa de IRC	(578.396)	(891.185)
Total	197.837	170.388

11. Locações

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativamente a rendas vincendas de contratos de locação financeira a equipamentos de transporte e equipamentos administrativos no montante de 161 635 euros (2022: 34 170 euros), as quais se encontram incluídas na rubrica “Financiamentos obtidos” (Nota 9).

	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto	274 841	-	274 841	-
Depreciações/Amortizações acumuladas	131 185	-	131 185	-
Saldo no fim do período	143 656	-	143 656	-
Total dos futuros pagamentos mínimos	161 635	-	161 635	-
Até um ano	62 073	-	62 073	-
De um a cinco anos	99 562	-	99 562	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Banco	Contrato	Montante Contratado
BPI	1220080300	43 496
CGD	100143501	26 941
CGD	100146543	109 925
BNP Paribas	12200569	57 337

12. Benefícios dos Empregados

Nos períodos referentes aos anos 2023 e 2022, o número médio de pessoas ao serviço da empresa foi de 43 e 44, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Gastos com o pessoal é apresentado no quadro seguinte:

	Saldo	
	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1.456.194	1.338.031
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	289.823	251.618
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	8.726	15.468
Gastos de ação social	53.274	56.321
Outros gastos com o pessoal	8.783	65.710
Gastos com o Pessoal	1.816.799	1.727.148

13. Imposto do exercício

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos de impostos detalhavam-se da seguinte forma:

	2023	2022
Imposto corrente	578.396	891.185
Imposto diferido	-	-

No exercício fiscal de 2023, a empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 9% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC a Empresa encontra-se, adicionalmente, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referenciado normativo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de 4 anos (5 anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A taxa de IRC em vigor para 2023 é de 21%.

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2023			2022		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado Antes de Imposto	5 904 961	21%	1 240 042	5 102 685	21%	1 071 564
Diferenças permanentes						
Efeito MEP	(1 337 605)	21%	(280 897)	(1 502 894)	21%	(315 608)
Benefícios fiscais à matéria coletável		21%	-		21%	-
Benefícios fiscais à coleta		21%	-		21%	-
Ajustamentos e perdas imparidade não aceites fiscalmente		21%	-		21%	-
Ajustamentos - gastos diversos não aceites fiscalmente	362 924	21%	76 214	72 702	21%	15 267
Outros	(31 429)	21%	(6 600)	(47 847)	21%	(10 048)
Derrama municipal			61 236			45 308
Derrama estadual			101 966			63 739
Tributação autónoma			25 811			20 962
Outros - Crédito fiscal extr. ao investimento (SIFIDE)			(639 375)			-
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto relativa a anos anteriores			-			-
Impostos diferidos ativos			-			-
Reconhecidos em relação a diferenças temporárias de períodos anteriores			-			-
Não reconhecidos sobre diferenças temporárias do período			-			-
Não recuperados/aproveitados			-			-
Impostos diferidos passivos			-			-
Impacto pela revisão da taxa legal			-			-
Outros			-			-
Gastos / rendimentos de impostos			578 396			891 184

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2023	2022
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,25%	1,25%
	22,25%	22,25%
Taxa Efetiva de IRC	9,8%	17,47%

14. Transações com partes relacionadas

a) Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Vendas e Prestação de Serviços e outros rendimentos e ganhos	2023	2022
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	120.000	120.000
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	7.503.391	8.885.982
Mercafar - Distribuição Farmacêutica S.A.	6.386.049	11.333.342
Mercafar SU	-	-
	14.009.440	20.339.324

Compras de Produtos e Serviços	2023	2022
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	4.911.500	4.637.309
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	9.692.161	8.070.157
Mercafar - Distribuição Farmacêutica S.A.	654.889	1.358.506
Mercafar SU	-	-
	15.258.551	14.065.972

b) Os saldos ativos e passivos de partes relacionadas são os seguintes:

Clientes	2023	2022
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	41.834	34.565
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	1.603.840	359.540
Mercafar - Distribuição Farmacêutica S.A.	996.496	99.952
Mercafar SU	-	-
	2.642.170	494.057

Outros créditos a receber	2023	2022
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	1.096	165.351
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	755	2.387
Mercafar - Distribuição Farmacêutica S.A.	2.076	-
Mercafar SU	-	-
Trans Med - Transporte de Mercadorias, S.A.	-	463
	3.927	168.202

Fornecedores	2023	2022
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	35.424	-
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	-
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	1.003.480	1.195.545
Mercafar - Distribuição Farmacêutica S.A.	43.120	92.285
Mercafar SU	-	-
	1.082.024	1.287.830

Outras dívidas a pagar	2023	2022
Dismed - Transporte de Mercadorias, S.A.	-	150.000
Medlog - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	-	6.150
Medlog - Logística Farmacêutica S.A.	685.990	111.138
Mercafar - Distribuição Farmacêutica S.A.	-	4.290
Mercafar SU	-	-
	685.990	271.578

15. Provisões e Passivos Contingentes

O Conselho de Administração considera não existir necessidade de reconhecer qualquer provisão.

Os passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias prestadas e respetivos beneficiários são os que se seguem na tabela abaixo:

Entidade	Descrição	Valor	Beneficiário
BCP	Garantia bancária	20.000	Lab Militar Prod. Químicos Farmacêuticos

A empresa entende que relativamente às contas do ano de 2023 não existem outros passivos contingentes.

16. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovados pelo Conselho de Administração a 18 de abril de 2024.

Até à data não se considera existir eventos subsequentes relevantes, que alterem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras bem como as interpretações ou informações acima prestadas.

17. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os honorários pagos à sociedade de Revisores Oficiais de Contas, "Carmo & Cerqueira, SROC, Lda." para os anos de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023	2022
Honorários de revisão legal	35.600	42.600
Honorários de serviços de garantia de fiabilidade		
Honorários de consultoria fiscal	4.000	7.000
Outros	44.520	49.600

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

Matérias ambientais

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da empresa não estima que existam riscos relacionados com a proteção e a melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2023.

Outras divulgações exigidas por diplomas legais:

Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais e contributivas nos prazos legalmente estipulados.

19. Outras divulgações

Investimentos em associadas

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2023, e os rendimentos e gastos gerados desde a data de aquisição, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das Empresas associadas, são como segue:

	Sede	2023					Quantia escriturada	Proporção no resultado
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% devida		
Emp subsidiárias:								
Mediog SGPS, S.A.	Gondomar	24 680 796	1 470 021	23 210 775	1 337 605	100 %	23 210 775	1 337 605
							23 210 775	1 337 605

Em 31 de dezembro de 2023, o investimento em empresas subsidiárias e associadas é como segue:

1 de janeiro de 2022	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	19 337 336
Goodwill da aquisição	-
Perdas por imparidade	-
	19 337 336
Movimentos de 2022	
Aquisições	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
Participação nos resultados do exercício	1 502 894
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	265 670
Perdas de imparidade	-
31 de dezembro de 2022	21 105 900
1 de janeiro de 2023	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	21 105 899
Goodwill da aquisição	-
Perdas por imparidade	-
	21 105 899
Movimentos de 2023	
Aquisições	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
Participação nos resultados do exercício	1 337 605
Participação em outras variações ocorridas no capital próprio	767 271
Perdas de	-
31 de dezembro de 2023	23 210 775

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à informação incluída nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentadas pelas empresas associadas.

Participações Financeiras - Outros métodos

Empresa	% Participação Efetiva	2023	2022
FCR C2 RED GROWTH IX (SIFIDE)	n/d	775 000,00	0
Garval	n/d	6 500,00	6 500,00
Norgarante	n/d	4 500,00	4 500,00
FCT	n/d	7347,19	6 075,12
		793 347,19	17 075,12

20. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2024, serão propostas à Assembleia Geral de cooperadores, a convocar no próximo dia 23 de maio de 2024.

O Conselho de Administração irá propor, nos termos da lei e dos estatutos, que ao resultado líquido positivo do exercício, que ascendeu a 5 326 565€, seja dada a seguinte aplicação:

Reservas para Educação e Formação Cooperativa: 39 890 €

Reservas para Sustentabilidade e Investimento: 5 020 347 €

Distribuição de excedentes: 266 328 €

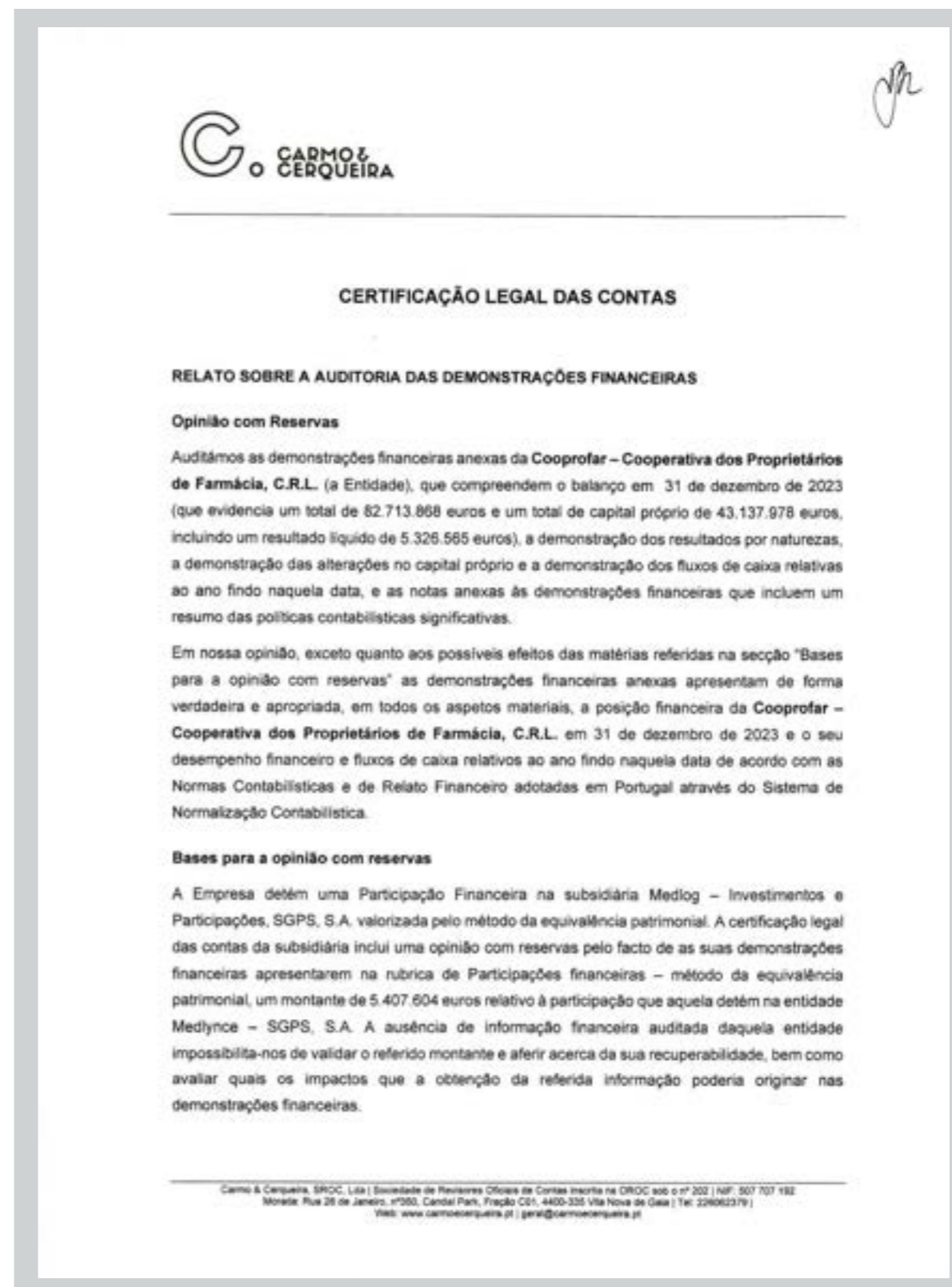
Gondomar, 18 de abril de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal de Contas

Individuais



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 62.713.868 euros e um total de capital próprio de 43.137.978 euros, incluindo um resultado líquido de 5.326.565 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Empresa detém uma Participação Financeira na subsidiária Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. valorizada pelo método da equivalência patrimonial. A certificação legal das contas da subsidiária inclui uma opinião com reservas pelo facto de as suas demonstrações financeiras apresentarem na rubrica de Participações financeiras – método da equivalência patrimonial, um montante de 5.407.604 euros relativo à participação que aquela detém na entidade Medlynce – SGPS, S.A. A ausência de informação financeira auditada daquela entidade impossibilita-nos de validar o referido montante e aferir acerca da sua recuperabilidade, bem como avaliar quais os impactos que a obtenção da referida informação poderia originar nas demonstrações financeiras.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que



influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 9 de maio de 2024

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.

Representada por



José Manuel Carvalho Dinis Carmo, ROC nº 1599

Relatório e Contas Coopprofar Individual 2023

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Cooperadores,

1. No exercício do mandato que V. Ex.as nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas da Coopprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

2. Ao longo do ano e no exercício das suas funções, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade da empresa, procedendo à verificação da suas contas e valores, segundo a metodologia tida por adequada nas circunstâncias, tendo obtido do Conselho de Administração e dos Serviços quer a informação continuada sobre a evolução dos negócios quer todas as outras informações que entendeu útil e necessário solicitar.

3. Sem prejuízo de ter tomado conhecimento de irregularidades contabilísticas e de gestão passadas, as contas apresentadas evidenciam a correção das mesmas.

4. No final do ano apreciamos e verificamos o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, concluindo que as referidas peças exprimem, em termos convencionalmente corretos, a situação económica e financeira da Empresa, bem como a formação do resultado e dos fluxos de caixa. Procedemos ainda à apreciação do Relatório do Conselho de Administração que consideramos relevar os aspetos mais significativos ocorridos no exercício e estar em conformidade com as contas que o acompanham.

5. Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual concordamos, somos de parecer que:

a) Seja aprovado o relatório relativo ao exercício de 2023;

b) Sejam aprovadas as Contas (Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração das alterações no capital próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Anexo) relativas ao exercício de 2023;

6. O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração, cuja colaboração sempre simplificou o exercício das suas funções.

Gondomar, 19 de abril de 2024

O CONSELHO FISCAL,



Naldin Manuel Luis Ribeiro

2023

Relatório & Contas

Individual e Consolidado



grupo
cooprofar